



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 60

Sessão Ordinária de Dezembro

5.ª Reunião de 19-01-2004

Aos dezanove dias do mês de Janeiro de dois mil e quatro, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Nuno Rosa da Silva Barata, José da Cruz Costa, António Fernando Ribeiro Martins, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Maria Isabel Almeida Velada, André Bastos Malva Quinteiro, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Liz Miguel Marques da Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira da Costa, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Fernando Vieira Ferreira, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Joaquim dos Santos Abreu, António Manuel dos Santos Salavessa, Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:
Vítor Manuel Simões Dias e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes, o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda e os Vereadores Lusitana Maria Geraldês da Fonseca, Domingos José Barreto Cerqueira, Ângelo Pereira Pires, Joaquim Manuel Silva Marques, Luís Miguel Capão Filipe e Manuel Fernando Ferreira Rodrigues (entrou na sala às 21:30 horas).

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, da substituição nesta reunião, dos Vogais Maria Teresa Fidélis da Silva, Jaime Simões Borges e Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, por Nuno Rosa da Silva Barata, António Fernando Ribeiro Martins e Maria Ivone Moreira Silvério Abreu Lopes, respectivamente.

Ainda, nos termos da legislação em vigor, informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Manuel Júlio Braga Alves, se fez substituir, nesta reunião, por André Bastos Malva Quinteiro.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

PONTO 3. – CÂMARA MUNICIPAL – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO 2004. (Continuação)

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 4/12/2003, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

(Entrou na sala a Vogal Maria Ivone Moreira Silvério Abreu Lopes)

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Vogal António Granjeira (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“As Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal são documentos importantes na programação do desenvolvimento do concelho, sendo natural que neles sejam consagradas as opções políticas do Executivo.

Tal não invalida que à oposição no executivo camarário não seja dado conhecimento atempado das GOP e do Orçamento, pois poderão sempre surgir opiniões e propostas alternativas, as quais poderão vir a ser incluídas no documento.

Uma análise cuidada destes documentos implica ter acesso aos mesmos e que seja concedido à oposição um tempo minimamente razoável para o seu estudo.

Aquilo que se verificou aquando da discussão destes documentos em sede do executivo camarário este ano revela uma de duas situações:

Ou uma desorganização dos serviços da CMA que impede a distribuição nas datas previstas dos mesmos, ou a vontade do Executivo em não escutar a oposição, não lhe fornecendo os documentos propositadamente.

Este facto é constatável quando nos damos conta dos sucessivos adiamentos a que a discussão das GOP e do Orçamento esteve sujeita. Prevista para 13 de Novembro (reunião extraordinária), foi adiada para 17, não tendo nesta data sido iniciada a discussão por a documentação ainda não estar completa. Ficaram então marcadas duas reuniões (24 e 27) para este assunto. Em 24, foram apresentadas apenas as GOP e em 26 foi adiada a reunião de 27 para 2 de Dezembro. Ora, sabendo que os documentos teriam de ser remetidos à AM até 7 de Dezembro, facilmente se comprova que não houve tempo suficiente para (em sede de Câmara), haver uma suficiente análise e discussão. Faltaram também os orçamentos das empresas (nesta altura), para com as quais o Município tem especiais responsabilidades (SMA, TransRia, Teatro Aveirense, EMA, PDA).

Um extraordinário exemplo do funcionamento da democracia by Dr. Alberto Souto Miranda.

Quanto ao método, é razoável que qualquer orçamento ou plano parta sempre da estimativa das receitas, com base na realidade dos anos anteriores, só se passando seguidamente para a análise das despesas. A previsão das receitas deve ser realista.

A CMA é neste aspecto inovadora.

Não só não informa qual é a execução do Orçamento 2003, com o detalhe necessário, como avança directamente para as GOP, não fornecendo qualquer informação sobre a receita clara e detalhada (corrente e de capital) e sobre a despesa corrente.

Com estas restrições de forma e conteúdo, o orçamento não passa de um amontoado de números incapazes de fornecer, a quem os lê, uma ideia clara das opções de investimento e da repartição da despesa corrente desta câmara municipal. O orçamento e as GOP, devem ser um documento de partida para o trabalho de todos, um documento orientador da acção

da CM e dos seus agentes e não um documento de pura ficção, cuja interpretação prática, depois não atinge sequer metade do previsto e que tem revisões constantes em sede do executivo e das quais não é dada justificação ou comunicação a esta assembleia.

Feito desta forma, este documento serviu apenas para cumprir a formalidade calendarizada e no final do ano será um destroço do inicial.

Politicamente isto é absolutamente condenável e esta CMA participa materialmente no assassinato político dos documentos orientadores da sua própria acção.

Por último é igualmente indesculpável que CMA, com todo o esforço de modernização e informatização que vem fazendo ao longo dos anos, continue a entregar as GOP e o Orçamento em formato gráfico e não digital. Será que o objectivo é dificultar o trabalho da oposição, obrigando-nos a folhear dezenas de páginas e a ter de tratar manualmente os dados para que possamos chegar a algumas conclusões?

Passemos ao Orçamento:

Vou demonstrar agora a irrealidade dos números que são obrigação da CM justificar linha a linha, item a item, número a número. O gestor, que numa qualquer empresa apresentasse estes números aos sócios, seria obrigado a fazer outro orçamento.

Se repetisse a dose Despediam-no, estou certo.

Apenas algumas notas que agradecia fossem comentadas e, espero, desmentidas, pois caso contrário estamos perante um documento inútil, porque errado e portanto incapaz de transmitir qualquer quantificação da evolução financeira da CMA.

Na receita:

Alguém acredita que a receita corrente possa aumentar cerca de 20,5 milhões euros neste ano ou seja 24%? Que atrevimento pensar que a receita corrente aumente 110% do executado em 2002 até ao orçamentado em 2004! Relembro os números de 2003 prevêm um aumento de 5 milhões euros o que contrasta com a prevista de 18 milhões euros.

Como se justifica a subida brutal da receita dos impostos directos, indirectos e taxas municipais? Mesmo com o aumento enorme das taxas como justifica estes números que têm aumentos de 800% e 250% em apenas 2 anos?

E o aumento previsto nas rendas da CM. 4000%? Será que os futuros concessionários dos parques de estacionamento vão pagar adiantado? Ainda nem lançou os concursos!

Os municípios acreditarão na previsão de aumento em apenas 2 anos de 570% na venda de serviços pela CM? Descobriram a galinha dos ovos de ouro? Vão aumentar exponencialmente a prestação do nº de serviços ou apenas os preços dos mesmos?

Venda de terrenos. Comparemos os mapas previsionais de vendas de bens de investimento dos orçamentos de 2003 e 2004. A diferença é de 24 milhões de euros, mas por mais contas que faça não consigo encontrar este valor de vendas em 2003. Como são calculados estes valores? O que foi de facto realizado em vendas neste ano de 2003? Por favor indique terreno a terreno. Ou se fiscaliza ou não! E o CDS nem sequer quer pensar que vão ignorar este pedido.

Que habitação social planeia alienar? Mais uma vez precisamos de discriminação. Não basta pensar e atirar uns números quase ao calha.

Quanto aos parcómetros. Quantos parcómetros tem a CMA? Pelo valor apresentado (1.43 milhões de euros), significam que teremos 1718 lugares de estacionamento pagos, ocupados 64 horas por semana, 52 semanas por ano, a um preço de 25 centimos por hora, e, mais significativo, que todos os utentes paguem a respectiva taxa. Simplesmente virtual. Então vamos vender o edifício do antigo Turismo? É uma acção estratégica ou uma atitude de pura angariação de fundos? Vamos perder a oportunidade de abrir a praça por causa da desastrosa administração socialista?

Na despesa:

No pessoal entre o executado no ano de 2002 e orçamentado em 2003 a variação foi de 4%. Porque é que neste orçamento aumenta 9%? Quantos funcionários vão ser contratados pela CM em 2004? São para juntar aos quase 400 que já fez entrar a gestão socialista? E o raciocínio é simples 2% aumento, 3% para requalificação de carreiras, 4% para novos “boys” — pois de certeza não vai seguir o conselho do seu presidente de junta socialista da Vera-Cruz, de não contratar pessoal para fazer, mas sim para gerir....

Eliminado: aumentar à

Eliminado:

Eliminado: ?

Então a CM vai gastar 14.874.111,00 € com encargos de empréstimos bancários no ano de 2004? Vão comprar o quê? É preciso identificar as compras! Parece-me errado. Acho que é absolutamente incompreensível dizer que encargos com leasings são despesas de investimento. É reprovável fazer passar despesa por investimento. Vistas bem as coisas a quebra de investimento da CMA será de -55% se tivermos em conta o que se orçamenta.

Nas transferências correntes é razoável pensar que a CM vai transferir 6,7 milhões de euros em 2004? Em 2002 transferiu apenas 3,1 milhões de euros. Então os presidentes das juntas vão ver a sua receita aumentar 113%. Não preciso sequer de olhar para a cara deles para perceber um sorriso amarelo de indignação ou a cara de pau do Sr. Presidente da Câmara.

Outras despesas correntes. Esta rubrica aumenta 71% entre Orçamentos, e 135% relativamente ao gasto em 2002! Mas na especificação, a descrição é esclarecedora: «Outras». Então quando se entra em contenção prevê-se aumentar em despesas não classificadas mais de 113%?!

Nas transferências de capital para os serviços municipalizados é de acreditar mais uma vez que a CM irá transferir cerca de 10 milhões de euros? Em 2003 tinha previsto transferir 11 milhões euros e apenas conseguiu lá colocar uns míseros 3 milhões de euros! Vamos continuar a acreditar nisto?

No desporto prevêem-se gastar cerca de 3 milhões de euros. Mas na Divisão do Desporto da CMA, a vereadora tem poder efectivo apenas sobre cerca de 3% (90.000€) desta verba. Porquê? Estará ela satisfeita?!

As despesas com bens e serviços vão aumentar 50% ou seja quase 10 milhões de euros e comparando com o executado em 2002 são mais 250% — grande esforço de poupança!? É gastar, gastar, gastar....

Os Orçamentos devem ser documentos previsionais alicerçados na realidade.

Conforme se verifica do que foi exposto este documento é uma sucessão de números dispostos como dá jeito e sem qualquer lógica de construção. Está alicerçado no nada. É muito grave e politicamente reprovável.

O CDS não aprova este documento e exige explicações claras do executivo municipal. Mais. Exigimos que refaça este orçamento usando números credíveis.

Vamos passar às GOP:

Passando agora ao documento distribuído sobre as GOP verificamos que a “arrumação” do documento é diferente da de 2003, dificultando uma vez mais as comparações. Prevendo que estas alterações decorrem da lei (o que agradeço que justifiquem), deveriam ter o cuidado de criar um mapa comparativo. Estamos assim com maior dificuldade para comentar mais aprofundadamente ou realizar confrontações directas.

As nossas principais constatações relativamente às GOP são as seguintes:

«Objectivos Gerais».

Não duvidando das necessidades informáticas da CMA, será que esta está em condições de gastar 450.000€ em informática? Será que não se poderá apenas proceder à substituição de equipamentos obsoletos?

Continua a gastar-se dinheiro na Fábrica Campos — quando com o mesmo investimento se poderia ter construído um edifício de raiz com todas as funcionalidades e operacionalidade

necessária para o séc. XXI. E já agora quando mudam? (Já me esquecia que tinha dito que era o ano passado).

Há uma diminuição na contribuição para as Corporações de Bombeiros. Porquê?

A que corresponde a verba de equipamento de transporte da Polícia Municipal? Os veículos já não foram adquiridos em 2003?

«Objectivos Sociais – Ensino não Superior»

A numeração dos projectos é sequencial independentemente do ano de início? Projecto 2003/50, 2004/51. Porquê?

Nas verbas referentes a Ensino não Superior são misturados programas de construção com programas de recuperação! Não deveriam estar separados para proporcionar uma melhor leitura?

Porque que é que os programas 2003/45 e 2004/57 não são detalhados, ao contrário do que se passa com todos os restantes?

«Objectivos Sociais – Serviço Individual de Saúde»

A CMA não está obrigada a ter o serviço de medicina higiene e segurança? Se sim, desde quando? O que se entende por relatório de avaliação 2004/5046?

«Objectivos Sociais – Habitação»

Não há novos projectos com início em 2004.

Os projectos das GOP 2003: 50 habitações em Sta. Joana, 11 habitações em Eixo, 20 habitações em Requeixo, 20 habitações na Vera-Cruz (todos previstos para 2004), num valor aproximado de 2.4 milhões de euros — onde estão? Significa que já não é necessária mais habitação social no concelho? Ou a habitação social deixou de ser uma prioridade Socialista?

«Projecto 2003/79, Concepção e Construção de um Edifício Habitacional no Caião» Nas GOP 2003 já estava na fase 4 (mais 50%) com um valor estimado de 492,314€. Porque é que aparece agora com um valor superior, em 10%?! É alguma penalização por incumprimento? Ainda não foi pago nada? Mas estas casas não foram já entregues em Maio?

«Projecto 2003/80, Construção de 20 Habitações Sociais em Cacia» Nas GOP 2003 previa-se que 50% da verba fosse paga em 2003 e 50% em 2004. Não se pagou nada em 2003?

«Objectivos Sociais – Resíduos Sólidos»

Daquilo que é comparável, há uma diminuição relativamente a 2003, onde estavam orçamentados 2,47 milhões de euros de RSU e 1,07 milhões de euros de Higiene Pública. Resta saber se 2003 estava mal orçamentado? Se houve já alguma renegociação com a SUMA e em que moldes ou se o concelho vai ficar mais sujo?

«Objectivos Sociais – Cultura»

«Programa 2003/120 Arranjos Exteriores e Outras Construções Diversas» Seria conveniente saber onde se vão gastar estes 500.000€!?

«Programa 2003/126 Remodelação, Recuperação e Equipamento do Teatro Aveirense» A verba apresentada corresponde a 62% do valor constante das GOP 2003 (curiosamente, esta verba é igual à parte correspondente ao financiamento camarário...porquê?)

«Programa 2004/128, Cybercentro» Parece-me que gastar ou pretender gastar o que para o caso significa exactamente o mesmo 300 000€ é uma idiotice. A quem se destina? Onde vai ficar fisicamente instalado?

«Programa 2004/5135, Teatro Aveirense Apoio à Exploração» Valor já falado na reunião de 24 de Novembro, mas ainda não esclarecido: corresponde à despesa total ou ao défice de exploração?

«Objectivos Económicos – Transportes Fluviais»

«Programa 2003/280, reabilitação dos muros da ria, 2ª Fase» Nas GOP 2003 já constava para este fim uma verba de 1,7 milhões de euros e não se previa nada em 2004. O que motivou a alteração? Porque é que aumenta 40% (619.783,74€) relativamente ao previsto em 2003?

Ferry Boat, cerca de 1 milhão de euros. Mas quando é que começam as obras necessárias? O barco não tem funcionado! Tal facto não tem implicações futuras?

Táxis Marítimos mais 100.000€ — é para uma brincadeira... porque é que não entrega a empresas privadas, que até já se adiantaram à CM?

«Outros Objectivos»

A Locação Financeira (terrenos) representa uma parcela muito grande! Respeita apenas a prestações de 2004 ou 2004 mais os atrasados?

O apoio financeiro às freguesias é igual ao orçamentado em 2003. Será que foi integralmente pago? Se não foi, o saldo transita para 2004? E se é assim então significa uma diminuição real.

«Construção Conservação e Reparação de Instalações Autárquicas» Quais e onde?

Não vejo enquadramento para o pagamento das dívidas a fornecedores.

Dos programas detalhados cerca de 30 milhões de euros correspondem a acções iniciadas em 2003...

Senhor Presidente, não tem nada a ver com esta intervenção e eu gostava de lhe perguntar uma coisa que tenho que perguntar – e peço-lhe desculpa de ser parte interessada:

O Clube dos Galitos faz este ano 100 anos (aliás, já no próximo sábado). Parece-me razoável oferecer uma boa prenda a este grande Clube no ano do seu centenário. Que verba previu no Orçamento? Eu tinha pensado em 1000 contos por cada ano, mas dadas as dificuldades em que a CMA se encontra já era razoável 1000€ por cada ano.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito obrigado Senhor Presidente. Recebemos, (eu já hoje, mas pelos vistos na sexta feira), as emendas ao Plano de Actividades e Orçamento para 2004. Esta rectificação que veio por parte da Câmara Municipal de Aveiro, dizendo que eram só umas coisitas de pormenor, nada de especial, constam em oitenta e duas emendas, em dezasseis folhas que nos foram distribuídas, mais vinte e quatro folhas dos Serviços Municipalizados de Aveiro, cujas emendas não tive tempo de quantificar. Um coisitas...”

É função desta Assembleia Municipal fiscalizar as actividades da Câmara e por isso é nosso dever ter olhado para aqueles números, que não batia certo. Este foi só a ponta de um novelo, que permitiu à Câmara Municipal de Aveiro, apresentar a esta Assembleia um Orçamento, - e espero agora, possa estar correcto. Oitenta e duas emendas, mostram que a Assembleia Municipal de Aveiro e quando digo Assembleia Municipal de Aveiro digo todos nós, não digo só a bancada do PSD; que nós todos aqui, e membros desta Assembleia estamos a exercer, como deve ser a nossa função por mais que isto custe ao Senhor Presidente da Câmara. Ainda bem que esta Assembleia Municipal tem o discernimento para conseguir distinguir aquilo que tecnicamente é correcto, com algumas opções políticas, que se querem esconder por trás de alguns números, que depois se pode dizer que são meras gralhas e são muito mais do que isso.

Vamos agora então à discussão propriamente dita, das opções que são feitas para Aveiro para 2004. E aquilo que nós podemos constatar mais uma vez é tal como aconteceu com estas pequenas emendas, que foram feitas ao Orçamento é que “olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço.” Claro que não são estas as minhas palavras, mas é esta a conduta do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro. Tem um discurso no papel, que não coincide minimamente com os números que a seguir apresenta. Para não ser

exaustivo, porque senão não saíamos daqui, e não vale a pena se calhar irmos a tão pormenorizada análise, eu vou dar só alguns exemplos daquilo que estou a dizer; começa o Senhor Presidente da Câmara, por comunicar a esta Assembleia e a todos os cidadãos, que estamos num tempo em que é necessário haver um equilíbrio entre a necessidade de contenção orçamental decorrente da recessão económica existente na economia do país, que é inadiável por persecução de um conjunto de investimentos e de actividades que não paralise o município. Estamos plenamente de acordo, completamente de acordo, o problema é quando esta recessão não se traduz no orçamento que mostre recessão! Como é que nós podemos dizer que estamos em recessão e depois se prevêem que as receitas, aumentem 20 milhões de euros acerca daquilo que é a expectativa real de receitas correntes? Só as receitas correntes, só estas. É que se fosse a primeira vez que o Senhor Presidente da Câmara, estivesse à frente da Câmara Municipal de Aveiro, ainda podíamos dizer “bom, é caloiro, não sabe como é que é!”; “é um lírico!” Agora lirismo há seis anos é lirismo demais e por isso acredito que não seja só uma questão de não saber o que é que está a dizer. Senhor Presidente da Câmara sabe o que é que está a dizer e é uma opção política, que está a fazer que é enganando-nos a todos nós, dizendo que tem receitas que são de 54 milhões de euros, quando na realidade as perspectivas não são mais do que 30. Assim como já o fez o ano passado, em que dizia que as receitas que iam ser de quase 40 milhões de euros e não foram, não passaram dos 25 milhões. Como há dois anos, tinha dito que as receitas iam ser de 43 milhões e depois não passaram de pouco mais de metade. Ou seja, estamos a ser reincidentes no engano que voluntariamente podemos aceitar ou podemos não aceitar. E isto em tempo de recessão. Olhem, vejam lá se não houvesse recessão, o que é que não seria deste município? Como é que nós estaríamos em perspectivas de receitas!

Segundo ponto para continuar a mostrar a incongruência que há entre aquilo que o Senhor Presidente da Câmara diz e os números que apresenta, tem a ver com as áreas estratégicas; define três áreas estratégicas. Diz que vai haver um esforço na educação, só que o problema é que se o Orçamento e o Plano de Actividades pudesse ser só estas duas folhinhas em que é o Senhor Presidente da Câmara a assinar, isto era uma maravilha, nós vivíamos no paraíso, o problema é que tem que sustentar as suas afirmações com números e como os números são para se ler, nós podemos ir ver à Educação por exemplo, eu vou aqui à página 106 e vejo que a Educação, comparado com as perspectivas do ano passado, só a nível das escolas, as suas perspectivas de investimento porque este ano é que é, afinal diminuem em 20%. E vou por exemplo à página 70 onde tem aquilo que são as suas perspectivas de investimento de uma maneira mais detalhada e podemos ver que a construção da pré-escola do Griné, que é uma das opções, afinal não vai acontecer, quando estava previsto 236 mil euros para 2004. A pré-escola do Paço afinal também não pode ser! E estava previsto no Orçamento do ano passado 231 mil euros, exactamente para serem gastos este ano. E olhem a ampliação da escola básica do Sol-Posto, com 110 mil euros: olhem, afinal este ano também não vai haver nada. A ampliação da escola básica de Oliveirinha 205 mil euros, olhem afinal também não há. E podia continuar por aqui, porque são linhas e linhas de investimentos que não se vão fazer ou em que a redução vai existir, mas isto só estou a realçar aquilo que o Senhor Presidente da Câmara tinha dito que eram as suas prioridades, jardim escolas, escolas e de outras coisas assim, em Oliveirinha, Cacia e por aí, tudo. Só que os números não dizem isto! Dizem exactamente o contrário.

Terceiro lugar diz “os investimentos que serão efectuados na pavimentação de arruamentos”. Pois é, mas se formos à página 106, a página 106 diz-nos qual é a previsão dos arruamentos: sabem o que é que lá diz? Viação rural. Sabe quanto é que se pensa estar em viação rural? 440 mil euros. Sabe quanto é que tinha pensado gastar o ano passado?

Mais de 2 milhões de euros. Ou seja, pensa gastar este ano 20% daquilo que pensava gastar o ano passado e com isso quer fazer um brilharete na sua página de introdução. Não pode, não pode, não dá. Mas há mais! Por exemplo, quando diz “vai construir 21 habitações sociais em Cacia (e essa apareceu nos jornais). 21 habitações sociais em Cacia! Pois é, só que vá lá à página 71 e veja quantas habitações socais é que lá estão em Cacia? Não estão 21. Mais um erro que os serviços não detectaram, e que deviam ter modificado. Pois era, mas não modificaram. Ou seja, estes pequenos erros, estas gralhas, chamem o que quiserem, deixa-nos todos baralhados: mas então se não é 21, que número é que é? Dois? Um? Vinte? Se calhar até podem ser é cem ou duzentas. Até se calhar pôs vinte e uma, mas não eram; até 210. Ou seja, continuamos baralhados com os números, porque os números passam a não nos dizer nada porque nós não sabemos onde é que está a gralha. E quem diz essas gralhas, diz muitas outras, ou seja, como é que eu sei, com que certeza eu posso ter, que realmente vai haver um investimento de habitação social em Santa Joana, no Caião, na Vera Cruz, não sei! Eu não sei onde é que estão as gralhas, isto pode ser tudo gralhas, isto é tudo uma mentira. E quando tudo pode ser uma mentira, e nós duvidamos daquela que é a personalidade que devia ser em termos de executivos em Aveiro, aquele que todos nós devíamos acreditar. Em que duvidamos. Estamos mal, não é por aí! Mas eu posso dar mais exemplos. Na área da saúde. Na área da saúde diz também que o Centro de saúde de Santa Joana, que nós recebemos aí uma cartinha do empreiteiro a dizer que não ia começar a obra, ao mesmo tempo que já estava nas grandes opções do Plano: “agora é que vai ser”, e ao mesmo tempo recebemos uma carta a dizer “como ninguém nos paga e como a obra não vai começar porque adjudicaram a obra, mas ninguém nos diz para começar, então a obra está parada”. Ou seja, mas isso faz parte das grandes opções, dos grandes investimentos da Câmara Municipal de Aveiro. A outra faceta que encontramos aqui neste Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Aveiro é esta faceta que a Câmara quer ter como mediadora imobiliária. Ainda não tem terreno, mas já perspectiva uma compra de terreno e a sua venda por um valor muito maior. Eu posso-lhe dar vários exemplos: os terrenos do Matadouro compra por 661 mil euros, e vai vendê-los por 2,2 milhões de euros. A Messe dos Oficiais compra por 578 mil e vende por um 1,4 milhão de euros. Terrenos da Guarda-fiscal, compra por 200 mil euros e vende por 750 mil. Os terrenos do Centro de Saúde de São Bernardo, compra por 836 mil e vende por 2 milhões (e este aqui eu estou contra a sua venda, por exemplo), e por isso quanto mais não seja devíamos discriminar aquilo em que estamos a favor e aquilo em que estamos contra, para que o senhor presidente não possa daqui a uns tempos vir cá dizer: - “vocês já aprovaram isto, e como já aprovaram isto, estão a aprovar tudo” e todas as operações que estão aqui neste Orçamento. E por isso gostaria já de deixar vincado que a nossa posição do PSD é que estamos absolutamente contra a venda dos terrenos do Centro de Saúde Mental de São Bernardo. Compre os terrenos que quiser, não os pode é vender. Ou seja, estamos aqui a ver que, ou estas vendas de terreno não passam do papel, como mais uma maneira de arranjar receita, e é o mais natural, por que todos estes terrenos já apareceram aqui com perspectiva de receita há um ano, há dois anos, há três anos, estão cá sempre. São sempre os mesmos! Nunca os vende. Mas dizendo que os vai vender, acrescenta no Orçamento mais quarenta 40 milhões de euros e pode continuar a dizer “estamos a ter um Orçamento muito elevado, porque temos aqui 40 milhões de euros de terrenos para vender”, e todos os anos continua a ter os mesmos terrenos para vender, porque ninguém os compra ou porque a Câmara não tem a capacidade de os poder vender.

Outra, bom e depois a certa altura diz também (contínuo só a citar só aquilo que o Senhor Presidente da Câmara nos está a querer comunicar, a nós e a todos aqueles que só vão ler a introdução), diz que “não vai haver transferências Camarárias, para a gestão da EMA”. Pois é! Só que nós vamos olhar para a página 130 e pode ver aqui que a EMA vai levar 2,7

milhões de euros. Mas então vai transferir ou não vai transferir? Está lá a dizer que vai. Pois é! E também está noutra sítio, porque não é isto como já viu e como já reconheceu, estes Orçamentos podem ser lidos em várias rubricas e por isso há outros sítios em que volta a dizer a mesma coisa e por isso - ou é mais uma gralha, ou então gostaria realmente que explicasse a esta Assembleia, estas suas opções.

Novos pavilhões. Faz aqui também uma grande festa, porque vai construir, vai arrancar com os novos pavilhões, Nossa Senhora de Fátima e de Santa Joana! Pois é, pois vai, só que já estava previsto o ano passado e para este ano já estava previsto era avançar com um montante muito maior, já para a conclusão dos pavilhões. Faz a festa que vai inaugurar, quer dizer, que vai avançar. Vamos lá ver se as obras vão começar ou não vão começar.

Aquisições de bens e serviços, também tem aí um montante muito grande e tem um montante muito grande para uma série de outros investimentos, e que eu não valorizo. E não valorizo porquê? Porque só com os encargos financeiros que tem de dívidas a longo prazo; com os encargos que tem das dívidas a curto prazo; com as despesas fixas que tem como o montante que tem que pagar ao seu pessoal da Câmara; não fica com receita absolutamente nenhuma para poder fazer obra em Aveiro. Seja que obra for! Não dá. E por isso este Orçamento mostra que não dá, por isso este Orçamento mostra que é uma grande mentira. Enquanto não houver uma vontade expressa de dizer assim – vamos pagar as dívidas aos nossos fornecedores, vamos fazer com que em Aveiro não continuemos a viver à custa dos nossos fornecedores, então aí sim, aí podemos eventualmente ver alguma luz ao fundo do túnel.

Eu gostaria só de concluir esta minha intervenção a este Orçamento, recordando umas palavras que me deu hoje um “clic” ao ler (eu aqui muitas vezes gosto de recordar as histórias que se vão dizendo nesta Assembleia, mas tinha-me esquecido desta - que eu hoje gostaria só de rematar então a minha intervenção, citando um jornalista que perguntava ao senhor Presidente da Câmara: (...) “da herança que recebeu, vai renegar alguma coisa? Estávamos a falar em 98 e diz o Senhor Presidente da Câmara: – “as dívidas”, renegava as dívidas, porque “limitam a capacidade de intervenção da Câmara” (disse o Senhor Presidente); “nestes anos não houve coragem para tomar decisões (disse o Senhor Presidente de 2004), acerca do que se passava em 98; “a dívida que diz existir, cerca de 1,5 milhões de contos”, - hoje se calhar são dez vezes mais; “é o argumento que precisava para refrear as expectativas. Tem de haver responsabilidade na forma de endividar a Câmara. Aqui a situação nunca foi tão má”, - dizia em 98, “e ainda não pararam de ser processadas facturas”, - dizia em 98. “Além disso temos 2 milhões de contos de empréstimos e outro tanto de encargos correntes”, - dizia em 98; “a capacidade financeira vai depender das participações estatais e da gestão da tesouraria, vai ser um ano complicado!”

O que é que poderemos dizer nós Senhor Presidente, quando para o ano ganharmos a Câmara Municipal de Aveiro?”

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente um pedido de esclarecimento e uma intervenção.

Em primeiro lugar o pedido de esclarecimento: a que título é que a Câmara espera obter uma receita de 2,5 milhões de euros incluídos nas transferências de capital, com origem numa companhia de seguros ou fundos de pensões? Portanto, qual é a razão desta receita de 2,5 milhões de euros que eu não consigo vislumbrar e que espero que seja esclarecido? Colocado o pedido de esclarecimento, a intervenção:

Na introdução às Grandes Opções do Plano, escreve o Senhor Presidente da Câmara, que «decrecem as receitas de todas as autarquias, sejam as ordinárias sejam as extraordinárias e que as presentes GOP e Orçamento reflectem essa realidade e implicam uma desaceleração do esforço de investimento». Acrescentando que «temos uma redução muito significativa na despesa de 30 milhões de euros em relação ao ano anterior». O que há de verdade nestas afirmações?

Afirma o Sr. Presidente, que descem as receitas ordinárias das autarquias. Mas será verdade em Aveiro?

Vamos começar pelas transferências do Orçamento de Estado – Verbas certas que aumentam de 8,54 para 9 milhões de euros, no conjunto das componentes dessas transferências. E sendo certo que este aumento não é enorme ele é, pelo menos, superior à inflação esperada.

Mas não é só do Estado que a Câmara espera recolher mais receitas – mas também dos aveirenses.

Entre impostos directos, taxas e outros indirectos, a Câmara espera passar de 33,53 milhões para quase 40 milhões de euros – Um aumento de 6,5 milhões de euros – 19,2% em relação ao orçamentado para 2003.

Aliás quem melhor desmente a introdução ao documento é o próprio documento.

O Orçamento para 2003 previa no total das receitas correntes 43,2 milhões de euros, prevendo, agora para 2004 – 53,9 milhões de euros. Um aumento de 10 milhões de euros, 2 milhões de contos – Para quem fala em diminuição das receitas correntes das autarquias não é um aumento nada mau.

Será então nas receitas de capital que vamos encontrar a razão da quebra prevista nas receitas do nosso município.

O conjunto, venda de bens, participações do Estado e Comunitárias, e empréstimos diminui 45,8 milhões de euros – quase 9,2 milhões de contos.

A diminuição do orçamento em relação ao ano passado nada tem a ver, por isso, com as receitas correntes ou ordinárias.

No entanto esta parte é, no essencial e em termos relativos, a parte mais verdadeira deste Orçamento. São os aveirenses quem vai suportar, no essencial, o aumento das receitas ordinárias da Câmara Municipal, e isso tem sido proporcionado por este conjunto de aumentos, decididos nesta própria Assembleia Municipal, seja das taxas e licenças não urbanísticas, seja do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Quanto ao resto entramos, pode dizer-se, no reino da fantasia.

Há, de facto, uma previsão de decréscimo nas receitas de capital de 113, 2 milhões para 70,0 milhões de euros. Uma quebra muito importante no papel mas não tanto face à realidade. A 16 de Dezembro do ano passado, quase no final do ano, a execução das receitas de capital era de 52,8 milhões de euros. Muito abaixo, portanto, dos 70 milhões que se prevêem para 2004.

Só há desaceleração no esforço de investimento comparando a fantasia do orçamento de 2003 com a fantasia do orçamento para 2004.

Porque comparando a fantasia deste orçamento 2004 com o efectivamente angariado no ano passado, não existiria desaceleração absolutamente nenhuma.

Mas a desaceleração no investimento mais do que uma consequência de conjunturas macroeconómicas é uma necessidade do Município, é uma necessidade dos aveirenses.

Afirmou o Sr. Presidente da Câmara, na sua intervenção de apresentação das GOP e do Orçamento que «Temos que ser muito prudentes na previsão das receitas directas e indirectas e isso reflecte-se no Orçamento. Para que Aveiro continue a progredir na senda de um desenvolvimento sustentado.»

Ora, desenvolvimento sustentado, é aquele que não hipoteca o futuro. É aquele que é baseado em recursos que se podem renovar — e não tem sido esse o modelo dos últimos anos.

Os seis anos de maioria do PS na Câmara Municipal de Aveiro, tendo os resultados que tem, corresponde também a um aumento da dívida de curto prazo de 1,02 milhões de contos no final de 1997 para 6,8 milhões de contos em Dezembro do ano passado, e a dívida de médio e longo prazo de 2,5 milhões de contos para mais de 10,8 milhões de contos.

Fica assim evidente que este caminho de crescente endividamento não pode ser trilhado eternamente.

E ainda não são estas GOP e Orçamento que arrepiam caminho. Senão vejamos:

Enquanto no ano passado estavam orçamentados 156,49 milhões de euros, foram realizados até meados de Dezembro apenas 76,22 milhões, ou seja, 50% do orçamentado.

O Orçamento para 2004 tem 124 milhões de euros.

O Orçamento seria aceitável, com alguma margem de sonho, se ficasse algo abaixo dos 100 milhões de euros. Assim com 124 milhões não é aceitável — antes pelo contrário!

Afirmou o Sr. Presidente da Câmara, na última reunião, que este «é um plano que continua a ser ambicioso, dada a conjuntura». Acrescentou que acha que «temos que ser ambiciosos», e que «não nos podemos resignar e fazer planos que apenas estejam de acordo com os meios disponíveis». Acrescentando que «esta metodologia tem dado bons resultados, ou seja, o facto de termos em carteira um conjunto de projectos aprovados e um plano que os contempla».

Mas a realidade é que esta metodologia de “tudo prever, para fazer o que calhar” tem sido a metodologia que tem empurrado o município para dentro do colete-de-forças da dívida. Que acabará por o estrangular se não forem tomadas medidas sérias, realistas, que devem começar pela assumpção dos erros cometidos.

É a metodologia que tem sido seguida por esta Câmara que tira sentido à discussão do conteúdo das GOP. Se este é um plano que tem tudo incluído, para fazer o que calhar, porquê discuti-lo? Tanto mais que a apresentação feita pelo Sr. Presidente da Câmara pouco ajudou no esclarecimento.

Apresentou-nos três grandes linhas de força: Educação, Obras de Saneamento e Requalificação do Sistema Viário.

Depois vamos a ver no concreto e a Educação tem 4,6% do Plano!? Menos do que a cultura com 6,56% ou do que os mercados e Feiras com 4,97% — sem mencionar o Saneamento que apenas tem 0,55%; nem a 1% chega.

Sejamos rigorosos, Sr. Presidente da Câmara. Que raio de três grandes linhas de força...

Grandes linhas de força são, isso sim, as transferências entre administrações. Ou seja 21% do Plano com 17,1 milhões de euros dos quais 2,5 milhões para as empresas municipais (não especificamente a EMA) e 12,5 milhões de euros para os serviços municipalizados — e aqui sim — podemos falar de saneamento (se eles forem efectivamente transferidos).

Grandes linhas de força são as operações da dívida autárquica com sete milhões de euros (menos do que o necessário mas, mesmo assim, 8,72% do plano).

Refira-se de passagem, que apesar de todo o discurso descentralizador, este Orçamento destina às freguesias apenas 1,45 milhões de euros, menos de 1,5% do total orçamentado e menos um milhão do que as transferências previstas para as empresas municipais!?

Por último as Empresas Municipais.

O Sr. Presidente da Câmara atreve-se a escrever que quanto à EMA «a empresa aposta na sua própria sustentabilidade financeira e, em princípio, não necessitará de transferências camarárias para a sua gestão» — assim, sem mais nem menos!

Ora, sendo verdade que a EMA prevê um resultado líquido positivo em 2004 de 524.408 euros não é menos verdade que prevê que tenha concluído 2003 com resultados transitados negativos de 400 mil euros.

Mas é o Plano da própria EMA que nos envia para a realidade. Ali se lê que «Embora o Balanço apareça limpo em termos de passivo remunerado, resulta óbvio que a situação implica, a montante, o forte endividamento do accionista único da EMA (a Câmara Municipal de Aveiro). Assim, uma consolidação dos Balanços das duas entidades revelaria, de uma forma evidente, o enorme esforço que representou – e continuará a representar no futuro, para a Autarquia, a construção do novo estádio.»

De facto, sem considerar outros elementos, e apenas para o próximo ano, a EMA apresenta-nos um hipotético resultado positivo de 524 mil euros — mas nas contas da Câmara estão certos e bem certos, para pagamento de juros dos últimos três empréstimos para o euro, 772.500 euros de juros desses empréstimos para o estádio!

Poderá não haver transferências para a EMA, mas o projecto estádio vai sangrar também este ano os recursos municipais muito para além dos eventuais resultados positivos da empresa.

Para finalizar. O Sr. Presidente tanto na introdução escrita como na apresentação oral anuncia o objectivo da criação de várias empresas municipais! Desde já quero deixar muito clara uma posição de recusa deste pacote, visando criar, de uma assentada, seis novas empresas municipais.

E se o que disse for um balão de ensaio, aqui vai a resposta: As duas empresas municipais até agora criadas não deram motivos de confiança – muito pelo contrário – para que esse seja um caminho a desenvolver sem apurar melhor os resultados das que já foram criadas.

A máquina conjunta da Câmara e dos Serviços Municipalizados têm possibilidades e potencialidades que precisam de ser desenvolvidas, sem que se vá por um caminho que cada vez mais é recheado de maus exemplos a nível nacional.

Dizemos não, a um caminho de desresponsabilização da Câmara e do seu pessoal.

Dizemos não, a estruturas muito menos abertas à necessária acção fiscalizadora das Assembleias Municipais.

Dizemos não, a estruturas que podem dar muito jeito às necessidades do Partido maioritário, mas que nada trazem de novo às necessidades da população — a não ser maior desperdício dos recursos públicos.»

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal José Costa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Num contexto económico de recessão e de política orçamental restritiva, conjugada com a situação financeira da Câmara - que sem dúvida é difícil - o Orçamento e as Grandes Opções do Plano não poderiam deixar de traduzir esta situação e, portanto, serem um Orçamento em baixa. Neste contexto, as opções que foram presentes pelo executivo em termos de investimento parecem-nos realistas, mantendo a acção em termos de Cultura e da área social e procurando fazer o melhor possível em termos de Educação, Saúde e Saneamento.

Porém, este Orçamento está fortemente dependente das receitas previstas com efeito dos 70 milhões de receitas de capital. Os terrenos e edifícios representam cerca de 53 milhões de euros. É uma dependência muito grande, que é um desafio e vai ser um desafio permanente, à capacidade de realização das receitas por parte da Câmara e que talvez em termos de informação justificasse uma análise de sensibilidade nesta área. E até, também, para melhorar a informação um balanço previsional que penso que com a reorganização que está prevista nos serviços da Câmara, em termos de modernização administrativa, será

possível na próxima apresentação para 2005 trazer um balanço previsional porque espelhará melhor o contexto final e os resultados finais que se esperam obter da acção da Câmara.

De qualquer forma, embora sendo um Orçamento com ambições em baixa, não deixa de ser optimista. Será um optimismo quanto baste, convergente, com a retoma que é anunciada para o país.”

Vogal Diamantino Jorge (INDP.)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

B

Presidente da Mesa

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

Vogal Vítor Martins (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente da Câmara, tenho alguma dificuldade em fazer a minha intervenção, dificuldade esta, decorrente do facto de, como representante do povo de Santa Joana, ter à minha frente um documento, documento esse que hoje se chama as Grandes Opções do Plano e conhecido em tempos por Plano de Actividades, e verificar que este instrumento não veio melhorar em nada a qualidade de vida dos habitantes da freguesia.

Senhor Presidente: é lamentável que este documento não passe apenas de uma fantasia ou de retórica ou, diria mais, de ilusionismo.

Começaria por enumerar algumas obras executadas nestes seis anos, algumas delas deixadas pelo anterior executivo e outras propostas por esta Câmara:

- Executou-se 65% do saneamento da freguesia; Pavimentaram-se 11 arruamentos; Construiu-se um bloco de habitação social, com nove fogos (no Caião); Executou-se um colector de águas pluviais na Rua de São Brás; Procedeu-se à abertura de 3 arruamentos; Executaram-se 800 metros do eixo estruturante; Melhorou-se a iluminação pública, em 13 artérias; Executaram-se 2 travessias de valas hidráulicas; Adquiriu-se uma parcela de terreno para as Associações; Arranjou-se a vedação do campo da FIDEC e iniciou-se a construção da sua sede; Implantaram-se os parques infantis da freguesia.

O Senhor Presidente... começou por dizer há 6 anos que Santa Joana tinha que derrubar a barreira que separava a freguesia da cidade, proporcionando uma freguesia aberta e com melhores acessos. Passado este tempo, nada se concretizou.

O Senhor disse que era importante o eixo estruturante para a freguesia e que o iria construir no seu primeiro mandato, ficámos apenas pelos 800 metros.

Logo no 1º ano o Senhor Presidente quis, e muito bem, ver a realidade das freguesias, criando as presidências abertas; tendo estado em Santa Joana cerca de três centenas de pessoas, levantados cerca de 40 assuntos, sendo resolvidos meia dúzia deles, só que, como o povo diz, não passou de folclore, pois até à data não se viram quaisquer efeitos positivos. Senão vejamos os projectos apresentados para Santa Joana por V. Ex.a:

- Apresentação do 1º estudo da futura Avenida, com ligação da urbanização da Igreja à E.N.109: Este sim, era o projecto que o Senhor sabe que reunia a concordância de todas as pessoas, o que não acontece decididamente com os últimos estudos, por isso... nem um metro foi feito.

- A apresentação da Unidade de Saúde: e a promessa de que no ano 2000 estaria concluído, como o Senhor sabe ainda estamos na 1º fase.

- A apresentação do projecto para construção de 24 fogos de habitação: no lugar da Presa, através da cedência do terreno à empresa Casais SA. Temos conhecimento de que se trata de uma contrapartida de uma dívida da construção das garagens do Centro de Saúde de Aveiro. Nós e a empresa desconhecemos ainda o motivo de ainda não estarem construídos.

- *Sede de Associações Culturais e Desportivas: por exemplo, do Rancho Folclórico das Alagoas, dos Amadores de Pesca, da Associação de Solidariedade e Acção Social, Grupo Columbófilo, o Senhor Presidente deve-se recordar das visitas que fizemos a estas Associações, onde pôde constatar que os actuais espaços, cedidos por particulares, não reúnem as mínimas condições adequadas às actividades desenvolvidas. Todos reconhecemos a carolice destas associações e podemos verificar que uns ensaiam à chuva, outros debaixo de tecto convivem com a chuva nas instalações. Passados estes anos, e tendo sido prometida e reforçada esta necessidade noutra iniciativa promovida há poucos meses pelo Senhor Presidente, continuamos à espera.*

Senhor Presidente, as Associações não querem dinheiro, mas sim o desbloquear desta situação, com uma simples assinatura, pois o terreno já existe.

- *Apresentação da aldeia desportiva e do pavilhão multiusos: o pavilhão Senhor Presidente já ninguém o vê por Santa Joana, a não ser o concurso público realizado há 2 anos para um gimnodesportivo, que por acaso desconhecemos a existência do terreno para o efeito. Quanto à aldeia desportiva, nós e o povo sabemos que não é fácil conseguir os terrenos, mas sabemos igualmente, Senhor Presidente, que quando o Senhor quer, como no caso do Estádio Municipal e do Parque de Feiras e Exposições, as coisas aparecem. Diríamos: - falta de vontade!*

- *Novo refeitório da Escola do Solposto e Multiusos: também aqui Senhor Presidente deve-se lembrar dos abaixo-assinados, de reuniões com os pais e professores, das ameaças em encerrar a escola, no entanto, para acalmar os ânimos, o Senhor Vereador da Educação, em exercício na altura, realizou uma reunião com os professores prometendo o início das obras para o ano seguinte. E estes lá foram acalmar os pais e nada até hoje.*

Estado dos pavimentos: O Senhor Presidente durante a campanha para a 1.ª eleição disse que as ruas de Santa Joana são as mesmas de há cinquenta anos atrás. Actualmente, os pisos das ruas ainda estão piores do que há cinquenta anos e, em Abril de 2003, numa dessas iniciativas, V. Ex.a afirmou que Santa Joana era a Freguesia que possuía as estradas em piores condições. Na altura, a Câmara Municipal tinha iniciado as pavimentações no Paço, em Cacia, e que em seguida viriam para Santa Joana serenando a população presente.

Senhor Presidente, comecei por dar-lhe o benefício da dúvida quanto aos objectivos para Santa Joana. Nesse sentido, fui votando favoravelmente, depois fui mudando para a abstenção e acabei por reprovar os planos.

Como o Senhor Presidente sabe, ainda há pouco tempo apresentei-lhe as fotocópias desde 1998 até ao Plano de 2003, demonstrando que a execução foi nula.

Como representante de um povo não é a mim pessoalmente, mas sim à comunidade que o Senhor tem que honrar os compromissos assumidos.

O Senhor Presidente disse há 3 anos que era o ano das freguesias, depois há 2 anos afirmou que este era o mandato das freguesias. Depois disto Senhor Presidente, o que lhe posso dizer mais? O Senhor sabe que sempre contou com a Junta de Freguesia de Santa Joana.

Senhor Presidente passamos a vida a mendigar, sabemos que o Senhor não reconhece muito o trabalho destes homens que tudo fazem para o bem-estar das suas comunidades.

Senhor Presidente já reflectiu sobre a nossa posição quando o povo se nos dirige e pergunta: Quando é que avançam os arranjos das estradas? Da escola? Do saneamento? E nós informamos que a Câmara Municipal tem em plano as obras e que o Senhor Presidente diz que estão para breve, mas nisto passou-se 1, 2, 6 anos.

Não acha que a Câmara Municipal de Aveiro tem desrespeitado o povo de Santa Joana? Acha que é desta forma que damos, todos nós, com estes exemplos, confiança às nossas populações?

Para terminar, Senhor Presidente quero dizer-lhe que estas palavras não traduzem política, mas sim as preocupações e responsabilidades de quem presta um serviço à comunidade e pretende cumprir essa missão honradamente.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu não vou falar das Grandes Opções do Plano, do ponto de vista que tem estado aqui a ser abordado até agora, porque a minha posição mantêm-se no sentido daquilo que venho defendendo em circunstâncias paralelas a esta, no sentido de que efectivamente há que ser audaz nos orçamentos que se apresentam, sob pena de facto, das coisas não evoluírem. Se as obras não estão previstas, obviamente não é possível pois, tentar obter o financiamento que tem permitido o crescimento de Aveiro, que ainda numa das últimas reuniões aqui referi.

A minha intervenção é hoje, de uma pessoa extremamente preocupada. Eu vejo aqui orçamentados 16 mil contos – isto é, 80 mil euros, para serem gastos em dois anos com uma rubrica onde se pode ler “Reabilitação do Coreto do Parque Infante D. Pedro”. E com o que tenho vindo a assistir, que se passa no Parque e não no jardim – é um parque: Infante D. Pedro, isto assusta-me profundamente. O Senhor Presidente da Câmara, com certeza, vai garantir que se trata efectivamente apenas de uma reabilitação do que lá está, e que o coreto não vai ser destruído; que esta rubrica que se chama “reabilitação”, não tem o sentido de demolição e construção de um novo Coreto. Porque o Parque Infante D. Pedro está neste momento com a filosofia do jardim da Baixa de Santo António. Isto é: em vez de termos visto (o que seria muito discutível no meu entender também), nascer do lado da Baixa de Santo António uma extensão do Parque Municipal, o que nós estamos a ver, paulatina e civilizadamente a assistir, é à destruição completa do Parque Infante D. Pedro. Muito devagarinho, é facto, a vegetação essencial daquele Parque que está a ser substituída deixando ficar aquilo que são a plantação típica de jardins, tipo “Agapanthes” ou similares. Os muros foram destruídos; portanto, o parque que tinha toda a segurança, porque poderia ser, evidentemente que estava a precisar, mas poderia ser fechado à noite se quisessem. Não precisavam: quem frequenta aquele parque sabe que ele não trás perigo a ninguém; é frequentado por mulheres sozinhas, mães de família, crianças, sempre, e nunca ali houve problema nenhum. Ele podia ser fechado! Hoje já não pode, depois da destruição dos muros. Neste momento está completamente aberto. Ele era utilizado, por noivos que iam para lá com os seus convidados, fazer os seus filmes, as fotografias, tudo isso; as pessoas estavam ali num processo absolutamente intimista com a natureza. Neste momento as pessoas estão ali dentro do parque, com os automóveis todos. Os muros protegiam o cheiro (algum é obvio), dos canos de escape; agora não. Tudo isso entra pelos nossos narizes dentro, é impossível estar no parque a cheirar o verde. Cheira-se a poluição, e vê-se automóveis do parque de estacionamento do “Drink’s” e por aí fora. Já não há um processo intimista. Nesse aspecto está-se a fazer ali um crime semelhante ao que se fez em Estarreja – na Praça de Estarreja; em vez de se ir construir uma praça nova para outro sítio, destruiu-se aquela que existia e neste momento, ver que o coreto, que ocorre desta maneira – ou então expliquem-me para que são os 16 mil contos? O risco de ir abaixo, obriga-me a esta intervenção, aproveitando para dizer que (...), - eu informei-me sobre isso, dizem que estavam doentes! Também disseram há 4 Invernos atrás que as árvores do parque iam todas cair. A Protecção Civil que dá as mesmas informações, deu por escrito.

Não caíram coisíssima nenhuma (caiu uma lá dentro); eu assisto e observo as árvores do parque; não são podadas – já no ano passado aqui falei nisso, talvez como deveres ser, para que não tenham que suportar pesos tão grandes, a verdade é que nos últimos tempos,

seis árvores de grande porte (pelo menos), foram arrasadas e não foram substituídas. O que leva, no conjunto de toda a situação, com o facto também da gaiola dos pássaros que lá estava ancestralmente naquele local, não sei se vai ser construída agora – penso que não, os pássaros junto aos carros não estou a ver muito bem. Mas se vai, com esta filosofia toda, não há dúvida nenhuma que o parque Infante D. Pedro, poderá chamar-se jardim Infante D. Pedro, mas parque, certamente não! E eu faço questão que fique em acta, bem sei que já não vale de nada, mas vale para a minha consciência, que eu pelo menos tenha chamado à atenção para isto e que realmente eu não tenho dúvidas que quem assim decidiu, passou-me de lado, quem assim decidiu na Câmara, não frequentou aquele parque. Não frequentava! Se o frequentasse, não tinha feito o que está a ser feito e não continuaria isto. Regrediria e pensaria naquilo que está ali a fazer.

Se querem um coreto para espectáculos doutra natureza, diferente daquelas que ainda são admissíveis como sejam as bandas que ali tocam perfeitamente, então dêem os 16 mil contos (ou mais), que ali andam a gastar, à Junta de Freguesia de S. Jacinto, por exemplo, para que tenha outros meios para fazer os seus festivais rock.

Criem outros parques, noutra sítio, mas não destruam mais aquele e voltem a reconstruí-lo. E eu desafiava o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a pedir à Câmara que nos trouxesse aqui, que projecto tem, que anda a transformar aquilo num qualquer jardim? Que projecto é aquele que nós aqui não conhecemos, num ponto nevrálgico obviamente, único, não há mais nenhum, na cidade?”

Presidente da Mesa

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Quero dizer-lhe que indo ao encontro das suas palavras, sempre douradas, vem ao encontro de um pensamento que me tem dominado sabe, é que eu gostaria que a Freguesia de Oliveirinha fosse a “Coral Grove” de Portugal, e não é por deficiência do Presidente e da sua Junta de Freguesia, mas pela inconstância e desprezo e desconsideração do poder municipal instituído desde o 25 de Abril. Porque se a Junta de Freguesia de Oliveirinha fosse tratada como dignamente devia ser, e as outras também fossem o mesmo, garanto-lhe que o Concelho de Aveiro seria um exemplo nacional. Senhor Presidente isto é para responder, registando e fazendo votos de que essa sua perspectiva futura, essa sua leitura, venha a acontecer tão rápido quanto possível.

Agora assim não é, comecemos por ver o mal fadado facto do saneamento que me é imputado todos os dias, quando antigamente a população da minha terra não queria saneamento, porque tinham que pagar não sei quanto, agora todos os dias me apontam o dedo acusador; não temos, a culpa é do Presidente da Junta! E muitos deles são socialistas, votam PS. E eu digo: - bem, se vocês acham que a culpa é minha, então está bem. Eu agora faço assim; então será minha. E todos nós sabemos que assim não é!

Mas ó Senhor Presidente, eu quando vim para esta Assembleia, e vou dizer aquilo que sou capaz de dizer, mas como sempre sentido. E Senhor Presidente, eu tenho a impressão, e o Senhor Presidente da Câmara que é um homem inteligente, eu queria com o meu silêncio “gritar”, aos ouvidos do Senhor Presidente da Câmara, pelo conjunto de matérias que o devem preocupar, para não dizer, envergonhar. Eu tenho uma constatação, julgo ser uma pessoa com algum bom senso e também alguma experiência da vida em vários sectores, e eu tenho uma constatação que já fiz à muito tempo, de que a Câmara actual, a Câmara Socialista que nos governa, falhou rotundamente na gestão financeira do município. Por pudor e por respeito à Câmara e às pessoas que estão investidas nos lugares, porque nós somos aveirenses e temos que rapidamente sair da situação em que nos encontramos, eu

não refiro as gravíssimas consequências que temos aí, à vista de toda a gente, e muitas delas estão escondidas por vergonha dessas pessoas. Por pudor não as vou referir. Falhou rotundamente no planeamento estratégico, ao direccionar o investimento para infra-estruturas não produtivas, ou geradoras de elevação, em vez de geradoras de evolução da qualidade média dos aveirenses, e da criação da riqueza como há bocado falava o nosso colega da Junta de Freguesia de Requeixo. Porque se o Senhor Presidente da Câmara tivesse tido na sua doura inteligência a humildade que lhe faltou de nos ouvir a nós, os do terreno, garanto-lhe que Aveiro hoje teria um aumento de receitas, resultantes do investimento então feito há seis anos e daí para a frente, que iria ajudar a diluir as responsabilidades que um município tem. E Senhor Presidente da Câmara, falha ainda rotundamente, ao não reconhecer como principais parceiros estratégicos, potenciadores da eliminação das assimetrias, as Juntas de Freguesia, que tanto podem contribuir para o desenvolvimento e não podem ser Senhor Presidente da Câmara, as Juntas de Freguesia, as vítimas da irresponsabilidade que nos governa no município. Não podem ser Senhor Presidente! E não tenho nenhum prazer de estar a dizer o que tenho a dizer, não tenho nenhum prazer, nem sequer de ordem político partidária, porque as pessoas, os aveirenses são inteligentes e vão tirar a ilação correspondente, nos próximos tempos. E eu recuso, ofende-me, eu vejo tanto desnorte, tanta irresponsabilidade, tanta incapacidade na gestão corrente das coisas da Câmara, vejo tanta irresponsabilidade, por exemplo na gestão dos recursos humanos do município, que eu mais uma vez por pudor evito falar daquilo que sei. Evito falar! Porque quando eu me lembro que uma determinada pessoa em representação institucional deste município e das freguesias portuguesas, precisou de se deslocar a uma região autónoma e a esposa dessa pessoa não foi autorizada a faltar ao serviço, não pedindo nenhum dinheiro em troca à Câmara; para acompanhar, por uma questão de racionalidade e de cuidado com as despesas, eu depois que vejo a progressão, a brutalidade que é o crescimento da despesa com os recursos humanos da Câmara, com o devido respeito pelas pessoas que não tenho nada contra ninguém; todos nós desejamos ter uma carreira o melhor possível, estar bem na vida, estar sossegados, as pessoas que trabalham e que têm responsabilidade, têm que ser bem pagas a começar pelas pessoas que estão eleitas, que estão mal pagas. Mas um Senhor Presidente da Câmara que sabe que eu há quatro anos lhe dizia: - Senhor Presidente, não há possibilidades agora, faça-o! Mas mais uma vez por teimosia e por falta de humildade intelectual, provavelmente e passo a imodéstia, - imodéstia não, porque nós somos modestos infelizmente; eu não sou licenciado, mas como dizia aqui há uns tempos o Primeiro-Ministro, há dois tipos de saber: o saber académico e o saber de experiência feito. E eu tenho a veleidade de pelo menos esse eu ter: saber de experiência feito. E o Senhor Presidente da Câmara, se me tivesse ouvido há quatro anos, coisa que não acontece em lado nenhum deste país à beira mar plantado, e quando eu lhe dizia Senhor Presidente, peça um financiamento, apresente aqui um pedido de financiamento, que nós os do PSD votamos a favor, e pague a quem deve, Senhor Presidente. Eu dizia-lhe isso há quatro anos. Sabe porque é que dizia Senhor Presidente? É o tal saber de experiência feito, das dificuldades da vida, do ter sofrido muito durante a vida e de saber o que a vida custa, e o enorme respeito que eu tenho, pelos donos das empresas, pelas pessoas que têm enormíssimas dificuldades, mesmo quando as receitas são correntes; e o Senhor tem um Presidente de Junta que é um empresário e ele sabe tão bem como eu que assim é. É preciso que as coisas, mesmo correndo normalmente o fluxo financeiro das facturas entrando normalmente, a vida das empresas não é nada fácil, e como é que ela há-de ser quando as coisas correm mal e não se paga atempadamente às pessoas? Eu não vou citar aqui uma coisa que aconteceu há dias comigo, pelo tal pudor, porque eu pretendo ajudar na minha humilde função, eu pretendo ajudar a minha Câmara, o meu Presidente da Câmara, os meus Vereadores - são da minha

Câmara, do meu Concelho, a resolver os problemas do município. E se eu puder, com essa minha atitude tanto melhor.

E aos meus colegas das Juntas Socialistas eu quero aqui dizer uma coisa com sinceridade, - lealdade e auto-dignificação, também pode significar dizer “NÃO”. E olhem para o exemplo de uma Câmara do PSD que é Leiria. Em que todos os Presidentes da Junta, sob proposta de um Presidente da Junta Socialista – e a Câmara é PSD, como sabeis, votaram todos contra a Câmara e tomaram uma atitude que foi salientada e sublinhada na comunicação social. Isso é o princípio da independência da auto-dignificação. Às vezes ser leal, quando se diz não, também se está a ser leal. E o Senhor Presidente da Câmara tem da minha parte essa leitura, suponho eu: eu sou uma pessoa leal, mesmo quando digo que não. Não vou dizer nas costas aquilo que não sou capaz de lhe dizer na frente, porque eu quero que a Câmara de Aveiro, o meu município, a minha cidade, seja referência nacional por boas razões e não por más razões, como ainda pudemos ver no independente desta semana. E outros, e outros, e outros, e outros.

Como dizia, Senhor Presidente, um conhecido prémio Nobel da economia, quando há muita sofisticação (e eu sou dado às leituras das coisas mesmo técnicas da economia), há de vez em quando um daqueles iluminados da economia, neste caso um prémio Nobel, que dizia que “o verdadeiro paradigma pode ser tão simples e apenas o senso comum”. E o que é que eu peço? Como dizia também um autor, George Balandier, dizia que “as palavras do poder não circulam como as outras”. Ó Senhor Presidente, eu quero-lhe aqui dizer uma coisa: Só será um autarca com - não precisa de capacidade intelectual que essa tem o senhor de sobra (eu reconheço-o aqui olhos nos olhos), essa tem - só lhe falta humildade e um bocadinho menos de teimosia e contar connosco. Este município seria bem melhor se o Senhor delegasse muito mais nas Juntas de Freguesia. Aproveitasse estes escravos do poder local; estes escravos da democracia que são os autarcas das freguesias; aproveitasse o seu trabalho para o desenvolvimento sustentado e equilibrado e diminuindo assim as assimetrias — nós teríamos um concelho de referência nacional. Assim, termos também um concelho de referência nacional pelas más razões, a começar pela rede de estradas miserável que temos — que é indigna duma capital de distrito e de um concelho como Aveiro, que tem a importância que tem.

E o Senhor Presidente, se for capaz, com sentido de senso comum que o tal prémio Nobel da economia diz e o demonstrar por palavras, mas também pela prática, em que as palavras ditas pelo poder são iguais às outras — vossa excelência terá progredido enquanto autarca. Enquanto não der esse passo continuará a ter uma atitude que pode ser a do mando, mas que não vai resolver os problemas do nosso município.”

Vogal Joaquim Abreu (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu estive hesitando, no sentido de talvez não fazer a minha intervenção, porque há muitas intervenções a analisar o documento de todas as maneiras. No entanto, como o documento é um documento importante e determina o progresso da minha freguesia no próximo ano, eu não escapei à tentativa, de, dentro da minha maneira de ser, organizar um estudo comparativo dos últimos seis anos, daquilo que a Câmara se prontificou fazer na minha freguesia, daquilo que foi feito e daquilo que não foi feito.

Chego ao fim do documento com uma grande tristeza, porque já não tenho idade para muitos mais anos, para poder continuar a suportar este tratamento dispensado à minha freguesia. Eu acho que é altura de eu abandonar o cargo, com tristeza sim, de não ver efectivamente grandes objectivos para a Freguesia de Eixo executados, e prometidos ao longo de diversos anos.

Esses objectivos, dos quais eu fiz um apanhado e se tiverem a amabilidade de me escutarem, façam o favor de ver que eu terei uma certa razão:

- *Construção de duas salas pré-primária, duas em Eixo, duas em Azurva; em 98, “NADA”; em 99 “NADA”; em 2000 “NADA”; em 2001 “NADA”; em 2002 “iniciaram as duas salas de Eixo, e a obra ainda está parada e não sabe quando é que termina”;*
- *Reabilitação do Centro Cultural, 4.ª fase. Foram efectuadas algumas obras de restauro que importaram em 7.500 contos, mas ainda continua a chover lá dentro. O tecto, há três ou quatro dias, caiu na sua totalidade e isto atribuo a uma falta de fiscalização por parte da Câmara, gastámos muito dinheiro e às vezes muito mal gasto.*
- *Construção do Centro Cultural de Azurva, andamos desde 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, “NADA”;*
- *Musealização do Forno Cerâmico n.º 1 de Eixo, 98 “NADA”, 99 “NADA”, 2000 “NADA”, 2001 “NADA”, 2002 “NADA”, 2003 “NADA”. Eu alertei já a Câmara, e recentemente, que o forno cerâmico de Eixo, é um marco histórico importante – há poucos marcos históricos destes no concelho, devia ser preservado. Eu pela minha parte tenho coberto aquilo com um plástico, e vou mandando fazer as limpezas, só que a martelada da chuva vai desfazendo o forno; qualquer dia não há forno.*
- *Escavações arqueológicas no forno cerâmico n.º 2, em 2000 “NADA”, 2001 “NADA”, 2002 “NADA”, 2003 “NADA”. Tudo isto constou dos diversos planos de actividades.*
- *Apoio ao projecto e construção do novo Centro Infantil de Eixo, em 1998 foi feito apenas o projecto, e em 2002 foi atribuído um subsídio de 2000 euros que ainda não foi liquidado.*
- *Arranjos exteriores da urbanização dos Montes de Azurva, em 1999 fez-se alguma coisa mas muito pouco.*
- *Rede de saneamento de águas na Urbanização dos Montes de Azurva 2.ª fase, foi cumprida em 98.*
- *Construção de 20 habitações sociais em Eixo, 2000 “NADA”, 2001 “NADA”, 2002 “NADA”, 2003 “NADA”. - Estudo de implantação do futuro cemitério de Azurva, desde 98 até 2003 “NADA”.*
- *Arranjo da Capela Mortuária do Cemitério de Eixo, que é uma coisa que o Senhor Presidente já verificou quando se deslocou uma vez ao cemitério, em 2000 “NADA”, 2001 “NADA”, 2002 “NADA”, 2003 “NADA”.*
- *Reabilitação do espaço da feira, que era só 50%, desde o ano de 1998 até agora, mandaram parar as obras, entregues ao empreiteiro, estamos à espera.*
- *Aquisição de terrenos na zona industrial, para fixar outras indústrias, desde 98 prometido, até 2003 “NADA”.*
- *Pavimentações a betuminoso dos arruamentos, pequenos arruamentos, começamos pelo ano 2000: Rua da Caixa de Água “NADA”, Rua do Tubo “NADA”, prolongamento da Travessa da Riba “NADA”, por aí fora, é um nunca acabar. A Rua de S.ta Eufémia também não, Rua Coronel Rego também não; Rua do Canto já possui água e luz, e saneamento também Não – estamos à espera; prolongamento da rua da escola em Horta “NADA”; Zona Industrial dos 5 caminhos, foi cumprido em cerca de 200 metros; Beco da Rua da Rodada em Horta “Não cumprido”; Rua do Barreiro em Eixo, foi a única rua efectivamente que se fez – estava toda esburacada, a única rua que dava acesso ao trânsito pesado de Eixo para Oliveirinha e de Oliveirinha para Eixo.*
- *Intervenção no Centro Histórico de Eixo, foi prometido em 98 e 99 “NADA”.*
- *Construção da Variante de Eixo, temos que agradecer à Câmara neste aspecto, porque desenterrou um processo antigo e que se encontra concluído. Talvez não seja a culpa da Câmara, falta de suporte financeiro, mas no entanto estamos parados. Até 2003 “NADA”.*
- *Construção de uma piscina em Eixo “NADA”.*

- *Estudo de implantação e apoio à construção do lar e centro de dia de Eixo, tem sido dado algum apoio.*
- *Pavimentação de passeios em Eixo, houve dois anos que se cumpriu, no terceiro ano a verba só entrou em Outubro, e estamos agora para a aplicar no início deste ano.*
- *Arrelvamento do Campo de Futebol, foi feito. Graças a Deus, 25 mil contos gastos.*
- *Revisão de toda a rede de iluminação pública, andamos há anos a lutar pela rede de iluminação pública. Muito devagar em algumas artérias, foram beneficiadas, mas há espaços em Eixo que à noite permanecem na mais completa escuridão.*
- *Apoio à construção de infra-estruturas na EBI, tem sido feito.*
- *Construção do muro de suporte em Azurva, no ano 2000 “NADA”, 2001 “NADA”, 2002 “NADA”, 2003 “NADA”.*

Quer dizer, eu até vou abreviar isto, porque não vale a pena, eu digo com franqueza, não vale a pena estar aqui a repetir, a repetir, agora eu queria dar a conhecer à Assembleia que eu não estou disposto a continuar à frente do executivo da Junta de Eixo, porque os anos que me faltam tenho que os gerir da melhor maneira. Desta forma é que eu não consigo suportar. E, ou as coisas se vão resolvendo, paulatinamente, eu não quero que tudo se faça ao mesmo tempo, mas é tempo de se fazer muito mais. Era para se ter feito o dobro, e não se tem feito.

Se há dificuldades financeiras, eu vejo, e só apelo, que se corra o Concelho de Albergaria e o Concelho de Águeda, as freguesias mais recônditas, e que se veja o progresso que vai por aquelas freguesias. Vamos ver o caso por exemplo de Loure; a requalificação das artérias na Freguesia de Loure, no Lugar de Loure, em S. João de Loure, em Alquerubim e por todas essas freguesias, estão a passar à frente de Eixo com uma velocidade, quer dizer, e nós vamos suportando esta situação.

Eu apelo, para quem cá ficar na Junta de Freguesia – em benefício de Eixo, apelo mais atenção para a Freguesia de Eixo. É uma freguesia que está a crescer a duas velocidades. No plano de Urbanização inclui-se Azurva até à vala, mas não se incluiu Eixo; incluiu-se Oliveirinha. Quer dizer, Eixo vai ficando uma ilha. Não pode ser! Eu acho que merecíamos mais alguma coisa, mais alguma atenção.

Desculpe-me Senhor Presidente, tenho que dizer neste momento, na apreciação deste documento que é tão importante, teria que fazer a minha intervenção, talvez não seja do agrado de todos, mas tem que ser.”

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

“De facto depois de duas horas e meia a ouvir tantas intervenções críticas, certamente que quero usar da palavra, para tentar pôr um bocadinho mais de equilíbrio na análise que tem vindo a ser feita que é de facto surpreendente.

Bem, permitam-me que comece pelos Senhores Presidentes de Junta porque de facto são pessoas que respeito muito e cuja dedicação e empenho muito admiro, e que deixaram aqui os seus lamentos sobre um conjunto de obras que gostariam de ter visto concretizadas e não puderam ver, mas isto é como o copo de whisky: dum lado há quem o veja meio cheio, e de outro, meio vazio. Nós autarcas vemos sempre as coisas meias vazias, mas ficamos muito satisfeitos quando podemos também reconhecer e concluir que já muito foi feito.

E o Senhor Abreu podia ter lembrado de facto – como lembrou, o relvado do campo desportivo do Eixense; a nova sede, e Escola de Eixo EB 2,3; as reparações que foram feitas no Centro Cultural a seu pedido, várias vezes. É claro que não aumentámos para a 4.ª fase, porque tem que haver aqui alguma responsabilidade pública e não criar construções e equipamentos que depois não têm sustentabilidade ao nível da população e ao nível da cultura. O Centro de Dia de Eixo, que está em construção no âmbito da

Associação de melhoramentos de Eixo e que a Câmara está a financiar; as obras no Parque da Valsa, as pavimentações que progressivamente temos vindo a fazer, mas não podemos pavimentar tudo o que o Senhor Presidente da Junta quer, porque o Senhor Presidente da Junta às vezes quer pavimentações e nós não podemos pavimentar tudo o que o Senhor Presidente da Junta quer, porque às vezes quando lá vamos aos sítios, nós até temos também, compreendemos o interesse, mas é absolutamente inaceitável que se queiram às vezes pavimentar caminhos rurais com asfalto e por aí fora. O apoio à APPACDM; o Jardim de Infância de Eixo, os arruamentos, a pavimentação dos arruamentos, todas as infra-estruturas, que foram feitas no Bairro de Azurva; a nova Sede da Junta de Freguesia de Eixo; o equipamento..., (não está acabada, Senhor Presidente!?), bom, o equipamento da Junta; a iluminação pública que referiu – falta o logradouro nós sabemos – mas não me diga que não tem uma sede de Junta das mais dignas do Concelho. O apoio ao Centro Paroquial, os terrenos que comprámos para a nova igreja; o terreno que comprámos para a “Semente”; o terreno que comprámos para..., bem eu vou abreviar também; o saneamento todo que foi feito em Eixo e que o Senhor Presidente da Junta de Oliveirinha tanto quer para a sua freguesia; tudo o que se fez na Horta, o Polidesportivo de Azurva, o largo da feira que começámos. Senhor Presidente, eu vou abreviar: não fizemos a capela mortuária, não fizemos muitas das coisas..., mas a Câmara fartou-se de trabalhar em Eixo, como se farta de trabalhar em todas as Juntas de Freguesia, faz aquilo que pode; não pode fazer 100% do que os Senhores Presidentes da querem. Ninguém consegue fazer isso – isso é uma ilusão!

Senhor Presidente da Junta de Santa Joana, que também se lamentou com razão – com certeza que sim, gostaríamos muito de ter feito muito mais coisas em Santa Joana, mas convém lembrar também que Santa Joana beneficiou de toda a rede de saneamento, deve ser das freguesias que neste momento tem toda a rede de saneamento instalada, e para isso tivemos que partir pavimentos novos que em vésperas de eleições em 97, alguém andou a colocar para encher o olho com óbvios intuitos eleitoralistas. Tem o saneamento todo, e não houve a capacidade de repor os pavimentos, como era necessário que tivessem sido repostos. Mas a reposição já começou. Adquirimos o terreno para as associações, há tanto tempo reclamada pelas associações e pelo Senhor Presidente da Junta. Fizemos o estudo para a avenida e a avenida vai avançar, e o Senhor Presidente da Junta sabe bem que ainda a semana passada lá estivemos de novo, com o último traçado, a conversar, a dialogar com as populações, num esforço de consensualização cívica, que eu julgo que não é muito frequente. Como sabe começámos com uma sala de 500 pessoas e estamos neste momento, 15, 20 pessoas à volta de uma mesa a ultimar as últimas reservas e resistências. Foi em Santa Joana que nós construímos (e estão lá a viver agora), mais um conjunto de fogos de habitação social, e outros estão como sabe a caminho, desbloqueando processos muito antigos. Foi em Santa Joana que começámos com o Eixo Estruturante, e é em Santa Joana que o Eixo Estruturante vai continuar, porque o Governo assumiu esse compromisso de ligar Aveiro a Águeda, e todos temos fé e vamos crer que o Governo vai honrar esse compromisso. É fundamental para o desenvolvimento de Aveiro. Foi em Santa Joana que construímos o Parque de Feiras – convém lembrá-lo, e o Senhor Presidente só o lembra quando lhe convém e esquece-o também quando lhe convém. E esqueceu-se de duas instituições que não têm a sua simpatia, mas que são obras notáveis para a freguesia que é o novo lar do Centro Social de Santa Joana – que a Câmara está a financiar neste momento quase a 100%, e que está quase pronto; e o campo da FIDEC, e a nova sede da FIDEC, que está também já alvorada. E podíamos prosseguir, certamente que há muito para fazer em Santa Joana, como há em todas as outras freguesias. Tenho a satisfação, assim de repente de memória aqui, enquanto vos ia ouvindo, de ir lembrando estas coisas

que os Senhores Presidentes de Junta se esqueceram; lembraram obviamente as omissões. Mas o quadro não é só negro, o quadro e o saldo é muito razoável.

E Senhor Armando Vieira, eu ouvi-o com muita atenção, tenho a certeza que quanto mais vai viajando pelo país na sua qualidade de Presidente da Associação Nacional de Freguesias, mais valor vai dando ao trabalho que o município de Aveiro tem vindo a fazer, designadamente na rede viária. Eu tenho circulado por aí também, e fico de facto surpreendido, quando com a virulência com que se reclama, para o estado das estradas em Aveiro, que não nos deve satisfazer nunca, mas temos que ser, temos que relativizar mais as coisas, olhar mais para os lados e verificar que isso está a acontecer pelo país todo, com uma enormíssima diferença, é que Aveiro vai ter 98% da população coberta pela rede de saneamento. E o Senhor Presidente sabe, e é dos que melhor sabe, que o saneamento não avançou ainda na sua freguesia, não por culpa da Câmara Municipal de Aveiro, mas por culpa da CCDR, onde pontifica o PSD, o Dr. Girão como Vice-presidente e o Dr. Rosa Pires como Vice-presidente; e essa é que é a realidade. A candidatura está pendente há meses, e eu estou tão mais à vontade para o dizer, quando disse exactamente o mesmo, quando a direcção tinha outra sensibilidade política e o Senhor Presidente da Junta de Oliveirinha não me contraria nisto. Desde o início que eu estou a lutar, para que a verba para este saneamento seja desbloqueada.

Mas eu queria voltar ao princípio da análise das grandes opções do plano e do orçamento. E de facto, eu acho que temos uma oposição que fez um excelente papel a analisar as gralhas, e um péssimo papel a analisar as grandes opções do plano e do orçamento para o município de Aveiro.

Senhor Prof. Manuel Coimbra, não foram 82 gralhas. Como sabe, foram 3 tipos de gralhas – se quiser, e pode dizer que são 82, porque sabe que elas se repetiram e tiveram um fenómeno de cadeia, chega se calhar a esse valor. Sabe que é assim. Mas deixe-me dizer-lhe que se isso o conforta, e se isso conforta alguém, para termos a dimensão do que estamos a falar, porque o número que citou é um número que impressiona, eu gostava de citar outro: eu gostava de citar 14.186 números; 14.186 entradas, é quanto tem o nosso orçamento. E aquilo que o Senhor Prof. Manuel Coimbra detectou corresponde a 0,1% do orçamento. É um orçamento que apesar de tudo, se isto for dito assim, é um orçamento rigoroso, e deixo-lhe o desafio para que não durma durante esta noite toda, e durante a próxima semana, ainda há mais uma gralha que o Senhor Prof. Manuel Coimbra, ainda não descobriu; mas eu guardo para lhe dizer daqui a uma semana – depois de se ter esforçado.

Mas mais importante do que as gralhas, porque de facto a oposição comportou-se nisto como uma verdadeira gralha, só batendo na tecla (com toda a simpatia o digo, é evidente), as gralhas fazem muito alarido, a melodia é que não em qualidade; e foi o que se passou aqui, foi de facto um barulho, muito ruído e sem nenhuma qualidade.

Senhor Deputado António Granjeia: “despesas de pessoal”. As despesas de pessoal não, o número de funcionários não aumentou – 400 funcionários foi o que me disse? Não sei onde é que vai inventar esses números. Pelas nossas contas, o aumento de 97, e as contas são oficiais, o aumento é de cento e (talvez), vinte e cinco funcionários, tivemos o cuidado de facto de passar alguns contratados a prazo – como então se dizia, para o quadro, e de baixar bastante o número das avenças, mas o que eu lhe queria fazer sublinhar é o seguinte: - é que esses 125 funcionários têm duas explicações. Esse 125 funcionários a mais têm basicamente duas explicações: uma, é o grupo dos funcionários que tivemos que contratar por força das responsabilidades que tivemos que assumir em matéria educativa. Como sabe temos dezenas de escolas, como sabe a competência foi transferida para as autarquias e nós temos que as assumir, e temos que pagar a esses funcionários – e aí de nós que não o tivéssemos feito, tínhamos aqui agora o Senhor Deputado Manuel Granjeia a

insurgir-se por termos as escolas sem funcionários de apoio para os meninos, e as nossas crianças poderem ter um ensino de qualidade e apoiado. E portanto, esse foi o primeiro grande grupo. O segundo, foi a Policia Municipal, ampla e consensualmente reclamada por todos nesta Assembleia (que quase todos, o Senhor Deputado Salavessa teve sempre reservas), que fez com que este grupo de 125 funcionários e colaboradores apareça agora. Mas mais importante do que isso, é que nós apenas com esse aumento, conseguimos executar um orçamento de mais de oitenta milhões de euros, quando a gestão do CDS/PP, como o Senhor Deputado António Granjeira bem quis hoje salientar no jornal (podia ter contado tudo), com quinhentos ou quatrocentos e tal funcionários, não passava dos 25 milhões de euros. Ou seja, era de facto uma gestão muito pouco produtiva e totalmente asfiziada pelo peso das remunerações e dos vencimentos na sua actuação. Foi isso que nós invertemos; nós com um ligeiro aumento, justificado pela educação das crianças e pela segurança, nós aumentámos a execução do orçamento 100, 120%, e é isto que vos custa. É que de facto a situação..., custa, é que é preciso saber ler os números.

Em segundo lugar, eu gostava de também contestar a ideia que foi também passada, de que “os encargos bancários com os leasings não são despesas de investimento”. É claro que são despesas de investimento! É que são encargos que estão associados a despesas de investimento. Evidente! O financiamento dos leasings, é despesas de capital, e há muitas despesas correntes – como “encargos de outro tipo”, que são despesas de investimento. Isto é claríssimo como a água. Não pode confundir uma coisa com outra, mas tentou fazê-lo.

Depois “não acredita”; é uma questão de fé. Não acredita, e não é só uma questão de fé - eu reconheço, tem alguns apoios nos orçamentos anteriores. Não acredita que vamos transferir da Câmara para os Serviços Municipalizados a verba que aparece. Eu quero acreditar, e se acreditar que na CCDR, vão este ano, pela 1.ª vez desde há muito tempo, transferir todas as verbas que são aprovadas em relação aos projectos que nós nos candidatámos e que estão aprovados e que nos são devidas, pode ter a certeza que verba chegada à Câmara para um projecto do QCA III, é transferida para os Serviços. Se for assim, pode ter a certeza que vai ter uma agradável surpresa. É importante que o QCA transfira atenuadamente essas verbas e não as congele como tem acontecido.

“Bombeiros diminuem as verbas?”; Não sei onde é que foi encontrar isso, mas se isso se descobrir aí, uma diminuição absoluta da verba que é transferida para os bombeiros, como este executivo assumidamente manteve os apoios para os bombeiros, isso só pode ter uma explicação, é que, eu não sei se todos sabem, mas a Câmara está a financiar há alguns meses a esta parte, a aquisição da grua dos Bombeiros Novos e pode ser que chegue de facto ao fim, o pagamento dessa grua, no decurso deste ano. É a única explicação que encontro, ou seja, é uma explicação que é boa; é uma redução que é de sinal positivo, não é de sinal negativo. Pagámos completamente a grua para os bombeiros.

Fábrica Campos: são contra! Excelente. Já sabíamos! Consegui esta noite ouvir uma opinião contra um projecto das centenas que temos aqui no plano de actividades e orçamento. Já sabia e é uma questão de coerência, acho que fica muito bem ao PP ser coerente. São contra a aquisição deste edifício onde nos encontramos; eu penso que a generalidade dos aveirenses é a favor, mas cada um tem as posições que tem e devem ser coerentes com elas e defende-las, e explicar porquê. Têm esse mérito.

Habitação Social. Porque é que deixou de ser prioridade? Eu tenho muita pena em ter que lembrar isto, porque o Governo do PSD e do PP, cortaram o crédito (está-se a rir, Senhor Professor!? Não devia rir-se com coisas sérias. Porque vocês é que estão sempre a acusar a Câmara de Aveiro de não investir mais, e ter feito desaparecer alguns projectos de habitação social); mas é preciso que digam tudo: o Governo de Portugal, cortou o acesso

dos municípios portugueses ao crédito para a construção de habitação social. É preciso que digam tudo! Não podem só dizer metade.

Sobre os terrenos, também não percebi muito bem as alegações que foram feitas. Quer dizer, por um lado acusam-nos de delapidar património, por outro lado acusam-nos de ter lá o património; depois acusam-nos de prever que vamos vender o património acima do valor porque o queremos comprar. Mas porventura esperavam o contrário? Que a Câmara fosse defender mal o interesse público, e vender ao desbarato, vender por 50 aquilo que comprou por 100? É um disparate! É um rematado disparate aquilo que foi alegado. É evidente que temos sempre que procurar vender por mais do que aquilo que adquirimos para defender bem o interesse público e é isso que é feito.

Teatro Aveirense. Também não percebi. Sinceramente, houve um conjunto de considerações sobre o Teatro Aveirense, houve alguém até que dissesse, que enfim, que “a cultura tem que dar lucro”. Recomendo imediatamente para a Secretaria de Estado da Cultura, e para o Ministro da Cultura, porque toda a gente sabe, e o lembrado Santana Lopes pode dar alguns exemplos bons disso, que o lucro da cultura não é um lucro financeiro, é um lucro cultural...,- qual prestígio político!? Ó Diogo Machado, faça-me a justiça de querer ver um bocadinho mais longe (não sei se vejo), mas de querer ver um bocadinho mais longe e de acreditar que vale a pena perder financeiramente dinheiro na cultura, para que as pessoas ganhem do ponto de vista imaterial e se enriqueçam intelectualmente e moralmente. E portanto, o Teatro Aveirense, como se imagina, é uma instituição que mesmo com uma programação que não seja elitista, mesmo com uma programação, mais popular, sempre terá algum prejuízo, é pelo menos isso que se espera para o primeiro ano, e é com muito gosto que assumimos esse prejuízo, e penso que todos partilharemos desse sentimento.

Depois também ouvi o Senhor Professor Manuel Coimbra dizer que era contra a venda do Ex-Centro de Saúde Mental. Eu julgo que está enganado, que não foi bem isso que quis dizer, porque como sabe o Ex-Centro de Saúde Mental, tem uma parte edificada e uma parte que não está edificada. O que o senhor Professor quis dizer, é que é contra a venda da parte edificada e não da parte não edificada. Portanto, eu penso que estou a interpretar bem o seu sentimento e a corrigi-lo para que não diga algo que é contra os interesses de toda a gente e designadamente o Senhor Presidente da Junta de S. Bernardo que tanto tem lutado por isso, por essa venda. Percebi que não queria contrariá-lo; erro seu. Portanto, estamos todos à espera neste processo, que o estado diga o que é que quer fazer, porque o estado neste momento tem construído em cima de um terreno da Câmara um parque de manobras da Direcção Geral de Viação, que estava incluído na permuta, nós sempre reafirmámos a permuta e o interesse na aquisição, e continuamos neste momento à espera que a Direcção Geral do Património decida este processo.

EMA: também foram aí feitas leituras erradas, não se pode confundir, Senhor Prof. Manuel Coimbra; o Senhor Prof. Manuel Coimbra anda há tantos anos nisto, e tem tanta experiência já de análise de orçamentos; Senhor Professor não pode confundir despesas de gestão, com transferências para o investimento. O Senhor Deputado António Salavessa explicou logo tudo a seguir, com clareza evidente, se posso ser redundante, como o Diogo Machado há bocado também foi. E portanto, isso está claramente explicado.

Educação: não investimos na Educação? Ó Senhor Deputado Manuel Coimbra, nós temos previstos para a Educação 2.210.000 euros. É muito bom no contexto actual.

E as habitações sociais? Mantemos a aposta nas 21 habitações sociais. O Senhor Deputado Manuel Coimbra, tem que perceber que uma coisa é a empreitada que está adjudicada de 21 habitações sociais, outra é o escalonamento, porque a análise que fazemos não nos permite acreditar que se façam as 21 habitações neste ano de 2004. E portanto, serão feitas ao longo deste ano e meio que agora começa. A unidade de saúde, estamos todos com

muita expectativa, que não falhem as verbas do PIDDAC, porque se elas não falharem pela nossa parte temos luz verde do empreiteiro para avançar, no único acaso da unidade de saúde de Santa Joana, e os terrenos disponíveis para que avance a unidade de saúde de Esgueira. Espero que desta vez, não haja nenhum atraso do estado. O motivo não será certamente nosso.

Empresas Municipais, disse o Senhor Deputado António Salavessa e mal - e diz mal, que não são boas as experiências que temos das duas empresas municipais. Não são boas Senhor Deputado António Salavessa? São excelentes! Temos uma empresa municipal que acaba uma obra de enorme complexidade com um desvio de 1,69% em relação ao valor adjudicado. É um índice de gestão notável. Todos os índices de gestão, custos de pessoal, objectivos traçados, desvios financeiros, são excepcionais. O resto é poeira de jornais. Os índices da empresa, se fizer uma análise fria e objectiva, são excelentes. E o mesmo se diga da PDA, que está a desenvolver um projecto que é estratégico e que ainda não deu praticamente despesa nenhuma ao município. Pudéssemos nós sempre dizer o mesmo das futuras empresas municipais que queremos criar, e acreditamos nelas e vamos discutir isso aqui com calma na Assembleia Municipal, porque nos parecem modelos que podem aumentar a eficiência das diferentes componentes da vida municipal.

Depois o Senhor Deputado Diogo Machado alinhou pelo mesmo diapasão, que foi o de dizer algo que é profundamente injusto para a POLIS, certamente por falta de informação. Como sabe para além de Bragança, Aveiro é neste momento o único programa POLIS, que tem o plano com inquérito público concluído, dos poucos que tem obra em curso e no quadro nacional estamos com expectativa em ver o que é que acontece. O quadro nacional é mau evidentemente, em relação aos “timings” e aos relógios que foram fixados pelo país todo, julgo que haverá coragem política a nível nacional de proceder a esse atraso no relógio, mas não é a Aveiro que poderão imputar atrasos, pelo contrário, nós em Aveiro temos tudo bastante adiantado e tomáramos nós, que as obras que temos em vias de ser concursadas e adjudicadas também, não fiquem bloqueadas por falta de verbas que é o que está a acontecer com todos os fundos comunitários que estão afectos ao programa POLIS.

Bom, depois também se disse aqui e eu tomei devida nota do que disse o Senhor Eng.º Diamantino Jorge, que “não investíamos nas freguesias”. Eu não queria começar a elencar o que fiz a propósito de outras freguesias, mas em geral eu gostava de recordar, e dizer isto com veemência, profundamente convencido que é realmente aquilo que está a acontecer. Porque uma coisa é aquele discurso que o Senhor Deputado Armando Vieira gosta de repetir, e que é uma das suas imagens de marca – e boa imagem de marca, de que é preciso investir mais nas freguesias, outra coisa é ignorarmos que muito se tem feito nas freguesias. E as três prioridades deste orçamento e destas grandes opções do plano, são justamente três prioridades que se reflectem em muito investimento nas freguesias. Estou a falar evidentemente do saneamento; estou a falar da requalificação das vias municipais; e estou a falar das novas escolas. São três áreas, em que são sobretudo – eu diria, as freguesias para lá da 109, que vão beneficiar destes investimentos.

E deixem-me dizer que, fazendo aqui um apanhado rápido dos investimentos que nós temos nestas grandes opções do plano e orçamento para as freguesias: escolas, 2 milhões; saúde, 650 mil; habitação social, 1 milhão 450 mil; terrenos, 500 mil; saneamento, 10 milhões; parques, 100 mil; cultura, 500 mil; desporto, 700 mil; rede viária, 7 milhões e 500 mil; apoio financeiro, 622 mil; delegação de competências, 827 mil; apoio às associações, 1 milhão e 200 mil. Enfim, são verbas que se somarem, verificarão que correspondem talvez a mais de um terço da globalidade do orçamento, e não estou portanto a falar..., estou a falar só de verbas que estão centradas em investimentos nas freguesias.

Contrário portanto em absoluto essa retórica de que não há investimento nas freguesias não centrais. E gostava de lembrar só isto: nós atribuímos tanta importância que, como

sabem, este ano temos uma atitude e uma política que é diferente da que tínhamos nos outros anos. E este ano batemos mesmo o recorde de transferências através da delegação de competências, para as Juntas de Freguesia. Há um aumento de 60%, ou seja, o que vamos transferir para as freguesias este ano, corresponde a 160% do que transferimos no ano passado. Quando eu ouço aqui dizer, que não transferimos e que não consideramos as freguesias, de facto há um desfasamento total, entre o que são os números, o que foi consensualizado com os Senhores Presidentes de Junta, e aquilo que aqui foi dito. E é por isso que eu faço aqui o apelo ao Senhor Armando Vieira, é que tenha exactamente aquilo que pediu a outros colegas seus, é que tenha autonomia de espírito, independência de análise, e se for coerente com isso, há-de votar a favor deste plano e deste orçamento, porque nunca nos últimos anos, houve tanta delegação de competências para as Juntas de Freguesia, nunca se calhar houve tantos investimentos, percentualmente considerados nas Juntas.

É um Orçamento que sem dúvida, valoriza e dignifica as juntas de freguesia e era bonito, devo dizer que era bonito, era uma prova de grande independência de espírito face às orientações partidárias, votar a favor deste orçamento. Os grandes políticos e os Presidentes da Junta, conseguem manter a sua análise, independentemente das sensibilidades políticas, e pensar primeiro nas suas Juntas de Freguesia e depois na política partidária, tem por vezes essa autonomia, e é sempre gratificante reconhecê-la – como eu faço em esforço por fazer, quando critiquei abertamente os governos do PS, e quando reconheço agora, quando as decisões do PSD, são boas para Aveiro. Mas infelizmente elas são muito más! E alguém lembrou, ou deu aqui notícia que para mim foi novidade e que é verdadeiramente revoltante, alguém lembrou aqui hoje, penso que o Senhor Presidente da Junta de Requeixo, que já não bastava a atribuição do Tribunal Tributário por um critério imobiliário, a Viseu; já não bastava a criação do Tribunal Administrativo por um critério que é desconhecido, em Viseu também, agora somos surpreendidos com o encerramento e a transferência da Polícia Judiciária de Aveiro, para Coimbra, e da Inspecção Geral das Actividades Económicas para Coimbra. Isto, a confirmar-se, é de facto verdadeiramente escandaloso, e devíamos tomar uma posição pública, (não estou a tergiversar), estou a falar da defesa dos interesses de Aveiro, e no momento em que se anuncia um gabinete de estudos com quatro pessoas para funcionar no Governo Civil, e se faz disso uma grande repercussão política, eu fico com pena, porque no dia seguinte, vejo quatro novas auto-estradas, serem anunciadas mais a norte (prometidas mais a norte), e ficarem na gaveta, embora reclamadas há muito mais tempo, e muito mais necessárias: o acesso de Aveiro Sul à auto-estrada; a ligação Aveiro/Águeda e por aí fora. É lamentável o que se está a passar e eu não esperaria outra coisa dos senhores deputados desta Assembleia quer do PSD, quer do PP, não espero outra coisa que não seja contestarem vivamente o que está a passar-se com a deslocalização de entidades e institutos de Aveiro, com a localização de investimentos noutras paragens, quando eles eram aqui muito prioritários, e não faço a injustiça a este Governo de acreditar que isso está a acontecer, que não seja apenas por pensar na melhor defesa do interesse nacional. Mas alguém o está a avaliar mal. Porque Aveiro está a ficar para trás, e estamos a assistir a situações que não têm a menor explicação, não se explicam do ponto de vista da defesa da qualidade da Administração Pública, não se explicam do ponto de vista da urgência dos investimentos viários. Não tem nenhuma explicação!

E portanto, eu gostava de concluir dizendo que de facto, deputado Diogo Machado, eu continuo a sonhar. Mal de nós autarcas quando pararmos de sonhar, de facto devemos passar o testemunho; e estou a falar pensando em todos, temos todos de continuar a sonhar, temos todos de ter os pés bem assentes na terra, continuar a desenvolver os projectos que vão de encontro aos nossos sonhos, e tentar desenvolver políticas concretas,

em função das circunstâncias que não permitem que os nossos sonhos andem mais depressa.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa

Vogal Raúl Martins (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria de fazer um ponto de ordem à Mesa: é meia-noite e um quarto, e nos termos do artigo 12.º do regimento, eu ia sugerir que se interrompesse aqui esta Assembleia, até porque há gente – hoje é segunda-feira, amanhã é dia de trabalho (para quem trabalha).”

Presidente da Mesa

“Tem toda a razão ser. Não precisa de justificar porque é regimental.”

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação do plenário a continuação dos trabalhos para além da meia-noite, sendo o mesmo aprovado por maioria.

(Saiu da sala o Vogal Raúl Ventura Martins)

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Quería fazer um pedido de esclarecimento, simples, ao Senhor Presidente da Câmara: O Senhor Presidente está contente com a gestão camarária? Com a situação financeira? Com a taxa de execução orçamental? Com as dívidas aos fornecedores? Com os enormes encargos às entidades bancárias? Com as obras executadas nas freguesias? Com o valor transferido este ano de 1%, para as mesmas freguesias? Está contente com o estado das ruas, e das estradas municipais? Em suma, estamos todos errados, e apenas o Senhor Presidente está certo na análise da situação do concelho.

De facto Senhor Presidente, não estamos a ver a mesma realidade, e esta situação surge-me com o mais profundo surrealismo.”

Vogal Joaquim Abreu - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“As considerações que o Senhor Presidente aqui fez, dão a impressão que eu sou um grande mentiroso. Mas não! Falou o Senhor Presidente, por exemplo, no recinto desportivo cimentado de Azurva. É preciso ver que o recinto desportivo já lá estava há vários anos, implantado, junto às escolas, e a Junta foi sempre contrária a essa implantação, e tenho que dar a conhecer a esta Assembleia que o recinto custou cerca de 6 mil contos e vai ser destruído porque foi mal implantado. Havia um estudo de implantação feito pela Senhora Arquitecta Emília que não foi respeitado. E dando ouvidos a um grupo de pressão de Azurva, espetaram com o recinto desportivo dentro do pátio da escola. Agora é preciso fazer duas salas, vamos destruir 6 mil contos. Somos todos nós que vamos pagar isso. Isto é preciso que se diga, não é uma obra que foi feita, e que ficou e que foi útil.

O saneamento, é verdade, alguma vez teria que chegar a Eixo. Mas ainda há grandes partes de Eixo que não têm saneamento, e de mais a mais, o saneamento foi participado pelos fundos europeus.

Arruamentos, diz o Senhor Presidente que não vão pavimentar caminhos. Ora, todos os bocados de estradas que nós temos no plano de actividades ao longo dos anos, são dentro da povoação, dentro da freguesia de Eixo, dentro da Vila de Eixo. Por conseguinte, não são caminhos!

O edifício da Junta estava a funcionar acerca de 4 anos, ainda não está concluído. O Centro Cultural, gastámos 7.500 contos numa obra mal feita, mal vigiada e que ainda há três ou quatro dias caiu o tecto todo: todo o tecto da sala de espectáculos. Por conseguinte, é uma obra feita já há bastantes anos, que se prolonga há 14 anos.

Delegação de competências, o Senhor Presidente sabe muito bem, o que nós tratámos na reunião. Todos os Presidentes da Junta estiveram lá, todos os Presidentes de Junta se manifestaram nessa reunião, e ao fim de quatro horas de reunião, o Senhor Presidente disse que este ano ia ser um ano negro, e que não ia prometer cumprir as suas promessas. Mas que pusessem lá no plano de actividades. Quando há anos que o Senhor Presidente não diz nada disto, e não cumpre, neste ano vai ser a mesma coisa, quer dizer, a delegação de competências vai ficar pelo tinteiro.

Eu sempre separei a minha intervenção da intervenção política. Eu não sou político, se bem que eu esteja enquadrado por princípio numa fracção política. As minhas intervenções vão na defesa intransigente dos direitos da freguesia de Eixo. E é só nesse sentido que eu faço a minha intervenção, e gosto de ser claro, para amanhã..., depois, o arrelvamento do campo de futebol, foi outra coisa que me deixou penalizado. Gastaram-se 25 mil contos, e jogam lá meia hora de vez em quando. Por conseguinte, há que considerar e gastar melhor o dinheiro público. O recinto de Azurva é um exemplo; pusemos o recinto – e quem diz o recinto, diz outras obras que se foram fazendo dentro do bairro, por exemplo, o Parque Infantil foi outro que foi destruído, porque estava na rua, e os miúdos iam buscar a bola à rua, e por causa disso tiveram que tirar o parque infantil de lá.

Por conseguinte, a minha intervenção vai no esclarecimento, e evidentemente que eu não posso ter o poder de argumentação que tem o Senhor Presidente da Câmara, que tem outros conhecimentos que eu não tenho. Mas eu também sei dizer as verdades pelas minhas palavras simples.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)
Vogal António Granjeira (CDS/PP)
Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)
Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)
Vogal António Salavessa (PCP)
Vogal Victor Martins (PPD/PSD)
Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara – para os esclarecimentos atinentes.

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa:

“Está encerrada a discussão. Vou comunicar que a Mesa resolveu indeferir por unanimidade o requerimento apresentado pela bancada do CDS/PP.

Não tanto porque na parte final (falta aqui uma palavra, mas eu entendo o sentido, seria um argumento formal que nós não usamos, eu entendo os sentidos), na parte final diz: «(...) requereu a Vossa Exa., se digne officiar ao Banco de Portugal no âmbito das suas competências funcionais e orgânicas a centralização das responsabilidades da Câmara Municipal de Aveiro, com vista ao efectivo integral apuramento da situação económica financeira da Autarquia Aveirense.»

Portanto, “se digne oficiar ao Banco de Portugal a centralização das responsabilidades”. O sentido é oficiar ao Banco de Portugal, no sentido de informar a centralização — entende-se, não está cá o verbo, mas entende-se.

Não encontramos preceito no regimento da Assembleia Municipal e na Lei. A lei não está aqui invocada que permita isto. Nós entendemos que, primeiro estes elementos decorrem dos documentos que a Câmara; documentos normais de planeamento e de prestação de contas que a Câmara fornece à Assembleia e entendemos (para além de não ter cabimento no regimento) que um pedido deste jaez, deve ser primeiro endossado à própria Câmara. Em suma, a Câmara fazer um mapa que fornecerá, da centralização, centralizando a responsabilidade da Câmara, as responsabilidades que permitam o apuramento da situação económica ou financeira. Portanto as responsabilidades financeiras, subentende-se também. Portanto foi indeferido; lamento muito, mas foi indeferido.

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

“O Senhor Presidente disse que era opinião da Mesa, não ver no regimento nada que permitisse o diferimento deste requerimento. Eu perguntava, o que é que viram no regulamento, que não permita? Faço a pergunta ao contrário.”

Presidente da Mesa

“Há uns anos um Juiz cabotino e no caso do cabotino seria eu, um Juiz cabotino mandou-me aclarar uma petição, que era uma acção de divórcio, um despejo, uma coisa qualquer, e ele disse-me, cingindo-se estritamente ao Código, para eu dizer qual era a disposição legal que fundamentava o pedido e eu respondi-lhe (gozando muito): “-fundamenta-se no artigo 1º e seguintes do código civil”. E o homem aí teve a elegância e disse – deu o despacho de citação.

Bem, aqui é um pouco a mesma coisa: ao abrigo do preceituado no Regimento da Assembleia Municipal de Aveiro, não diz quais são os artigos. Quem requer tem que dizer quais são os artigos, e portanto está indeferido, tem o direito de recurso ao plenário.”

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação, o ponto n.º 3 - Câmara Municipal – Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2004, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte votos a favor (PS18+IND2) e dezoito votos contra (PSD12+PP5+PCP1).

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal António Salavessa (PCP)

“Votamos contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2004 pelos motivos apresentados na nossa intervenção, entre os quais destaco a falta de verdade e de rigor. Critérios que descontada alguma margem de sonho devem presidir à elaboração destes documentos. Falta de rigor e de verdade, hoje aqui sublinhados de forma muito clara pelas intervenções de diversos presidentes de Junta de Freguesia.

Votamos contra, porque apesar das GOP e do Orçamento serem isentos de verdade e de rigor, eles não são contudo documentos inócuos. A sobre-orçamentação que eles reflectem e que tem sido seguida ao longo dos últimos anos têm consequências gravosas para o município — sendo uma das causas do seu endividamento progressivo e da derrapagem financeira das contas municipais.”

Vogal José Costa (PS)

“Votámos favoravelmente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, porque num contexto de recessão económica e restrições orçamentais, corporiza um conjunto de investimentos relevantes para os municípios, cuja prioridade e oportunidade política não foi posta em causa por qualquer proposta alternativa.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

“O grupo do PSD na Assembleia Municipal de Aveiro, votou contra o documento que nos foi apresentado pela Câmara Municipal, intitulado Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2004, por não procurar o equilíbrio entre a necessidade de contenção orçamental decorrente do crescente endividamento do município e os investimentos estruturais necessários ao desenvolvimento sustentado e solidário do município de Aveiro. Um orçamento que desinveste na educação e na requalificação das escolas, que desinveste na pavimentação de arruamentos, que adia mais uma vez a variante a Eixo e que baralha o número de habitações sociais a construir.

O grupo do PSD na Assembleia Municipal votou contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento apresentado pela Câmara, porque se recusa a que o município se torne um mediador imobiliário, na compra e venda de terrenos e que utilize o incumprimento do pagamento das suas dívidas a terceiros, para encapotadamente se financiar e fazer obra que reivindique como sua.

O PSD votou contra um Orçamento cujas receitas reais estão totalmente comprometidas com os compromissos já assumidos, seja com o “Pessoal”, com os “Encargos Financeiros”, ou com as Juntas de Freguesia, não havendo lugar à aquisição de todos os bens e serviços ou subsídios a todas as actividades sociais e culturais e desportivas necessárias ao desenvolvimento sustentado do dia-a-dia do município.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

“Muito simplesmente para dizer que inócuo, vazio, desequilibrado, despropositado, desvalorizado, rôto e que não acautela suficientemente o futuro de Aveiro — é assim que descrevemos este Plano de Actividades ou as Grandes Opções do Plano e Orçamento que esta Câmara hoje aqui fez aprovar.

Mais, é esta própria Câmara que utiliza documentos fundamentais para a gestão municipal e para o acautelamento do seu futuro, como meros instrumentos de propaganda política — e assumo tudo aquilo que estamos a dizer em nome do CDS.

Mais uma vez, seis anos após, o Dr. Alberto Souto e este executivo utilizam este documento que é fundamental para a gestão de qualquer município e Aveiro não foge à regra, como um mero instrumento de propaganda política, para atirar areia para os olhos dos aveirenses.”

Presidente da Mesa

“Está a ser distribuído um ofício da Câmara, reportado ao Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços não Urbanísticos do Município de Aveiro, onde se ressalvam alguns lapsos.

Como quem votou contra, era contra os valores excessivos das taxas, aqui é para corrigir para menos, porque havia lapso de vírgula, e portanto, é um documento receptício. Não perei à discussão a menos que o requeiram. Portanto, é para conhecimento.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

“Algumas destas gralhas, nós quisemos apresentar propostas para que elas não se registassem e o PS decidiu que mesmo assim — deviam votar o documento tal como estava.

Muito me surpreende que agora uns dias depois venham apresentar uma proposta como sendo gralhas da Câmara; porque nós queríamos discuti-las!?”

Presidente da Mesa

“Está a dar o tiro fora do alvo, porque é a Câmara que vem rectificar e não é exacto que não tenha havido qualquer proposta concreta.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

“O Senhor Presidente não nos deixou apresentar as propostas...”

Presidente da Mesa

“Pois não, é evidente! Isto tem regras.

Os Senhores deixaram passar o momento próprio dessa intervenção, a tramitação ficou preterida.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

“Senhor Presidente, em jeito de interpelação à Mesa, eu diria o seguinte: - folgo muito, em ouvir a Mesa impor as regras que aqui têm que ser cumpridas. Folgo muito! Nesse tom enérgico, nessa voz gutural que lhe reconhecemos. Agora digo-lhe uma coisa: pode ter a certeza que vou daqui triste porque o Dr. Carlos Candal – pessoa que eu estimo, compreendo, e admiro acima de tudo - não soube hoje (enquanto Presidente da Mesa), fazer cumprir essas mesmas regras em relação ao requerimento que nós fizemos entrar na Mesa”.

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação do plenário, nos termos do artigo 11.º do Regimento da Assembleia Municipal, a proposta de prolongar a duração desta Sessão Ordinária de Dezembro de 2003 até dez reuniões, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

Continuando, submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Depois de lida foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa deu por encerrada a quinta reunião desta Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião será no dia 23 de Janeiro (6.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 01:20 horas do dia 24 de Janeiro de 2004.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:15)